

ÍNDICE

	<u>Página</u>
Relatório da Administração 2005	
Mensagem da Administração	3
Contexto Econômico	5
Ambiente Regulatório – Leilões de Energia Elétrica	5
Desverticalização	6
Fornecimento de Energia Elétrica	7
Desempenho Econômico Financeiro Consolidado	9
Negociação do Quarto Aditivo ao Termo de Cessão dos Créditos da CRC	15
Liquidez e Fluxo de Caixa	15
Investimentos	16
Gestão da Dívida	20
Mercado de Capitais	21
Relações com Investidores	22
Governança Corporativa	22
Princípios Éticos e Conduta Profissional	23
Política de Remuneração aos Acionistas	24
Proposta de Destinação do Lucro	25
Relacionamento com os Auditores Independentes	25
Planejamento Estratégico e o Plano Diretor de Longo Prazo	26
Gestão	27
Responsabilidade Social	28
Considerações Finais	35
Balanço Social Consolidado	36
A CEMIG em Números	37
Composição dos Conselhos e da Diretoria	38
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	39
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	41
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	42
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	43
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1) Contexto Operacional	44
2) Desverticalização	45
3) Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	47
4) Princípios de Consolidação	49
5) Das Concessões	50
6) Disponibilidades	51
7) Consumidores e Revendedores	51
8) Ativos e Passivos Regulatórios	52
9) Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	53
10) Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento	56
11) Despesas Antecipadas – CVA	57
12) Tributos Compensáveis	58
13) Imposto de Renda e Contribuição Social	58
14) Reajuste Tarifário Diferido	60
15) Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	61

Continuação	<u>Página</u>
16) Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	63
17) Investimentos	64
18) Imobilizado	69
19) Fornecedores	71
20) Impostos, Taxas e Contribuições	72
21) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	73
22) Encargos Regulatórios	76
23) Obrigações Pós-Emprego	76
24) Provisões para Contingências	80
25) Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas	83
26) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	86
27) Receita de Uso da Rede	87
28) Outras Receitas Operacionais	88
29) Deduções à Receita Operacional	88
30) Custos e Despesas Operacionais	88
31) Receitas (Despesas) Financeiras	90
32) Resultado não Operacional	91
33) ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição	91
34) Transações com Partes Relacionadas	92
35) Exposição e Gerenciamento de Riscos	92
36) Instrumentos Financeiros	94
37) Seguros	95
38) Obrigações Contratuais	95
Anexos	
I - Demonstração do Fluxo de Caixa	97
II - Demonstração do Valor Adicionado	98
III - Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	99
- Nota Explicativa à Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	101

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2005

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Obtivemos resultados significativos em 2005, um lucro líquido de R\$2,0 bilhão, R\$12,35 por lote de 1.000 ações, representando um crescimento de 45% frente ao ano de 2004. Foi o primeiro ano em que operamos nossos negócios de distribuição de energia elétrica separadamente dos de geração e transmissão e, conseguimos preservar as sinergias de nossos negócios como foi determinado pelo nosso Conselho de Administração.

Crescemos e agregamos valor em 2005 o que pode ser confirmado pelo aumento de 4,5% em nossas vendas de energia, de 2,3% no número de consumidores, e da geração de caixa medida pelo LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) que foi de R\$ 2,5 bilhões, um crescimento de 9,8%.

Tudo isso foi possível pela implementação de nosso Plano Diretor, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, resultando em ganhos expressivos de lucratividade, de produtividade e de participação de mercado. Todas as metas nele estabelecidas foram detalhadas e divulgadas internamente, através da ferramenta BSC- Balanced Scorecard, garantindo a unicidade de atuação das diversas áreas envolvidas. Como exemplo, podemos citar, o início do suprimento de grandes consumidores fora de nossa área de concessão original o que representou uma venda adicional de 1,7 GWh, ou 7,4% das nossas vendas para clientes industriais, com distribuição em Estados das regiões Sudeste e Sul.

O Plano Diretor também permitiu encontrar uma solução definitiva para o problema da inadimplência de nosso acionista majoritário relativa ao contrato de cessão de créditos de CRC - Conta de Resultados a Compensar, além de proporcionar uma excelente oportunidade de exercitar nossas práticas de governança corporativa. Ao final do ano, a Assembléia de Acionistas aprovou, de forma unânime, o quarto aditivo ao Termo de Cessão dos Créditos de CRC, que, como divulgado amplamente, irá permitir ao Estado de Minas Gerais liquidar este débito com a utilização dos dividendos a que tem direito como acionista da Empresa. Como forma de dar contornos definitivos a essa questão, decidimos propor aos acionistas a incorporação dos principais compromissos do Plano ao nosso Estatuto Social, fato que irá permitir no longo prazo a continuidade do nosso crescimento. Tal proposição foi aceita incondicionalmente.

Em nossas operações, seja nos segmentos de geração e transmissão ou no de distribuição de energia elétrica e de gás natural, empregamos técnicas modernas de gestão que nos permitem a obtenção de índices de desempenho cada vez melhores e compatíveis com aqueles ostentados pelas empresas de ponta no mundo. Reduzimos nossos custos operacionais, principalmente no que se refere à Cemig Distribuição SA, tornando-os compatíveis com aqueles estabelecidos pelo agente regulador e preservando a qualidade do serviço prestado aos nossos consumidores. Dessa forma, alcançamos, em pesquisa realizada pelo agente regulador, um índice de satisfação dos nossos consumidores superior a 67%, o melhor desempenho entre as concessionárias da região sudeste do Brasil.

Tivemos o cuidado de preservar nossos talentos através de uma política de gestão do capital humano que cobre diversas áreas tais como programa de treinamento que abrange não só os empregados, mas também nossos gestores, programa de progressão profissional, programa de saúde e de seguro, programa de remuneração baseado em desempenho bem como um plano de aposentadoria moderno suportado pela nossa fundação de seguridade, a Forluz, uma das mais bem estruturadas, confiáveis e saudáveis financeiramente de nosso País. Além disso, realizamos uma necessária renovação de nossos quadros, através da implementação de um programa de demissão voluntária reduzindo o número de empregados em diversas áreas, e abrindo espaço para a incorporação de jovens talentos uma vez que grande parte dos postos de empregos serão preenchidos por "trainees".

Ressalte-se também o sucesso da política de valorização dos ativos existentes que, aliada à preocupação em preservar nossos clientes, manifestada pela negociação de preços com clientes livres e pela gestão dos clientes cativos, resultou em preços mais compensadores para a nossa geração.

Nossa política de gestão financeira também produziu excelentes resultados a começar pela mudança do perfil da dívida, que hoje alcança R\$4,9 bilhões e cujos vencimentos antes concentrados no curto prazo têm sido sistematicamente estendidos a prazos cada vez mais longos. Beneficiamo-nos da alta liquidez e da redução nas taxas de juros no mercado financeiro interno possibilitando uma diminuição do percentual de dívida em moeda estrangeira e uma ampliação do prazo médio de vencimento para aproximadamente seis anos. Além disso, contamos com a proteção natural dos vencimentos da dívida em moeda estrangeira através de contratos de venda de energia vinculados ao dólar que reduzem nossa exposição cambial a quase zero.

Nossa política de gestão de risco cobre todos os riscos aos quais a empresa está sujeita e o impacto possível sobre os resultados empresariais, utilizando-se de diversas técnicas e sistemas de avaliação. Atualmente, estamos desenvolvendo diversas ações no sentido de atender, de forma ampla, todos os requisitos relativos à lei Sarbanes Oxley à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA.

Nossos investimentos alcançaram a cifra de R\$1,4 bilhão e se concentraram na expansão da capacidade de geração de energia, à qual foram agregados 87 MW com a entrada em operação da Usina de Aimorés superando 6.100 MW, no total. Dois projetos, ainda em construção, Usina de Irapé e de Capim Branco, irão agregar 455 MW em 2006. Em dezembro de 2005, ganhamos a concessão da Usina de Baguari, com 140 MW, na qual temos uma participação de 34%. Prosseguimos com a implantação do Programa Luz Para Todos que visa atender aos consumidores de baixa renda localizados na área rural e contando com fundos subsidiados pelos governos federal e estadual. Ressaltamos o fato de que obtivemos a concessão para a construção de uma linha de transmissão no Chile, representando nosso primeiro passo em direção à expansão fora de nosso país e que proporcionará a experiência necessária para, no longo prazo, avaliarmos investimentos em condições diversas daquelas em que estamos acostumados a operar.

Por último, gostaríamos de salientar nossa estratégia de gestão ambiental e social, que tem sido reconhecida internacionalmente, através da inclusão de nossas ações, pela sexta vez consecutiva, entre aquelas que compõem o Índice Mundial de Sustentabilidade da Dow Jones bem como nacionalmente através da participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, da Bovespa, que, da mesma forma, privilegia as empresas que apresentam ações voltadas para o atendimento dos interesses de longo prazo de seus acionistas assim como das comunidades a que servem.

Nossos acionistas tiveram um valorização sem precedentes de seus investimentos não só pelo preço de nossas ações como também pelo pagamento de dividendos. O retorno total dos acionistas alcançou 66%, impulsionado pela nova política de dividendos que implementamos em 2005, atingindo R\$ 2,1 bilhões que, além dos 50% do lucro líquido, foram acrescidos, de forma expressiva, pelos dividendos extraordinários resultantes da securitização do quarto aditivo ao contrato de cessão de créditos de CRC.

Um outro aspecto que destaca nossa empresa no contexto nacional e internacional é a grande diversidade de nossos acionistas, o que nos proporciona uma visão ampla das perspectivas de nossos negócios, tendo como norte o interesse de longo prazo dos mesmos. O impacto de visões diferentes, originadas de traços culturais próprios dos países onde se localizam os gestores dos investimentos, traz ao nosso planejamento estratégico matizes únicos, nos levando a incorporar práticas gerenciais eficazes e que, adaptadas ao nosso ambiente, resultam em uma maior competitividade das empresas que gerimos.

Estamos confiantes no futuro, certos de que a estratégia, traçada e consubstanciada no Plano Diretor, irá atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas e assegurará a sustentabilidade empresarial, além de atender ao interesse da comunidade que servimos. Os próximos passos revelam a necessidade de adotarmos medidas mais ousadas para assegurar um crescimento mais rápido e que atendam aos compromissos mínimos de lucratividade presentes no Plano Diretor, de forma a preservar a excelente saúde financeira que desfrutamos atualmente.

Agradecemos aos nossos acionistas o apoio e a confiança concedidos durante o ano de 2005, em especial, ao nosso acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, na figura de seu governador Aécio Neves, e esperamos poder continuar contando com seu suporte para enfrentar os desafios que nos aguardam em 2006.

CONTEXTO ECONÔMICO

O crescimento econômico brasileiro em 2005 de 2,3%, bem abaixo das expectativas do começo do ano que apontavam para um aumento do PIB de 3,5%. Em contrapartida, a inflação medida pelo IPCA foi de 5,7%, não muito distante da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central, de 5,1%.

Esse bom resultado no controle da inflação decorre principalmente da determinação do Banco Central que, apesar das críticas, manteve sua política monetária restritiva, visando atingir as metas inflacionárias pré-estabelecidas. Além das elevadas taxas de juros reais, a valorização do real frente ao dólar (11,8%) também teve uma participação importante, com efeitos principalmente na evolução de apenas 1,2% do IGP-M em 2005.

Apesar da valorização cambial, as exportações brasileiras apresentaram um bom desempenho, fechando o ano com um crescimento de 22,6%, em parte devido ao aumento dos preços de alguns produtos da nossa pauta de exportações e pelo aquecimento do comércio externo, principalmente em função do crescimento econômico em duas grandes economias mundiais – Estados Unidos e China. Em contrapartida, o modesto crescimento econômico e a valorização da moeda nacional levaram a um crescimento das importações de 17,1% na comparação com 2004. No final das contas, a Balança Comercial fechou o ano com um superávit recorde de US\$44,8 bilhões - uma expansão de 33%.

AMBIENTE REGULATORIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Esse foi um ano de consolidação do novo modelo do setor elétrico implantado pela Lei nº 10.848/04 e pelo Decreto 5.163/04. Foram realizados quatro leilões para compra de energia elétrica pelo governo federal no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, através da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), sendo três leilões para empreendimentos já existentes e um para novos empreendimentos.

A realização de diversas audiências e consultas públicas e a conseqüente emissão de resoluções pela Aneel, regulamentando as regras de comercialização, também contribuíram para essa consolidação, com grande envolvimento dos agentes e de associações como Abradee, Abrage, Apine, Abrace e Abracel.

Participação da CEMIG no leilão de energia

Em 2005, a CEMIG, através de suas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., participou dos diversos leilões de energia do Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O primeiro desses leilões foi realizado pela CCEE em 07/12/2004 para início de suprimento a partir de 01/01/2005. A Cemig Geração e Transmissão S.A. vendeu energia nos Leilões de Energia Existente com início de suprimento em 2006 e 2008 e a Cemig Distribuição S.A. comprou energia com início de entrega em 2005, 2006 e 2008. O prazo de duração desses contratos é de 8 anos. Os resultados da compra e venda de energia pela Cemig Distribuição S.A. e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se na tabela a seguir:

Leilões de Energia Existente

Ano de Início do Fornecimento				
	2005	2006	2007	2008
CEMIG-GT (venda)				
Volume (MW médios)	-	927	-	105
Prazo do Contrato (anos)	-	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	-	69,58	-	83,50
CEMIG-D (compra)				
Volume (MW médios)	530	919	-	105
Prazo do Contrato (anos)	8	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	57,51	67,33	-	83,13

No Leilão de Energia Nova, realizado em 16/12/2005, a Cemig Geração e Transmissão S.A. não comercializou a energia de Produção Independente habilitada para o leilão. A Empresa poderá comercializar essa energia nos leilões de energia nova a se realizarem até 2007, com início de fornecimento até 2012. O prazo de duração desses contratos é de 30 anos.

Os resultados da compra de energia pela Cemig Distribuição S.A. no Leilão de Energia Nova podem ser vistos na tabela abaixo.

Leilões de Energia Nova

	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

Com relação ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Cemig Geração e Transmissão S.A. teve participação bastante significativa em 2005.

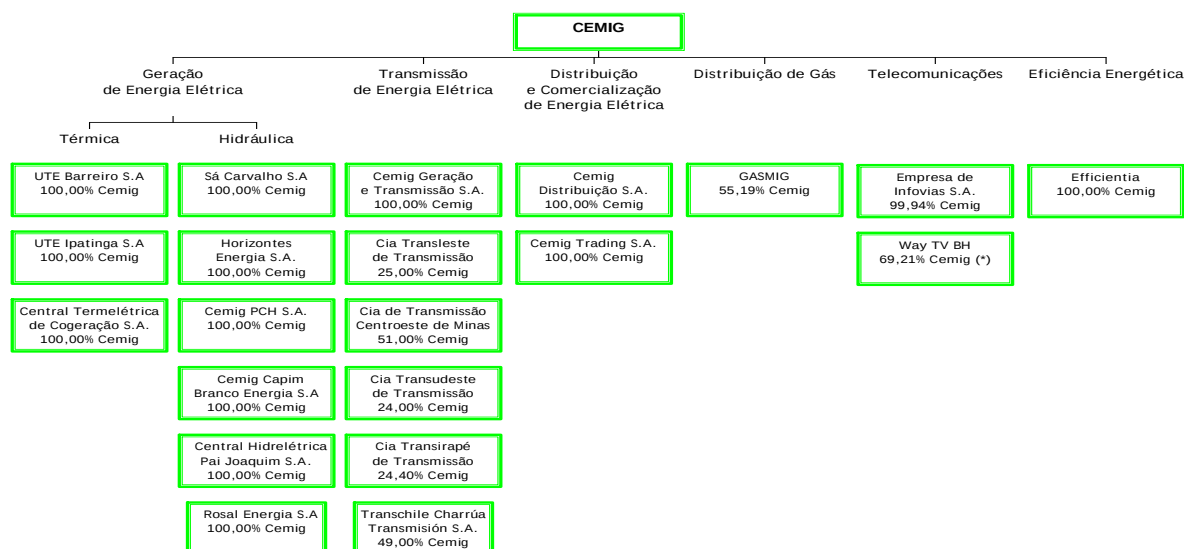
Os esforços de venda de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A resultaram, a partir de janeiro de 2005, na obtenção de 129 contratos com clientes livres, dos quais 11 foram assinados com clientes fora de Minas Gerais, incluindo o maior cliente da CEMIG, a Cosipa, localizada no estado de São Paulo. Esses contratos totalizaram um consumo aproximado de 18.000 GWh/ano.

DESVERTICALIZAÇÃO

A CEMIG concluiu em dezembro de 2004 o seu processo de desverticalização. Desta forma, constituiu as subsidiárias integrais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2005. A empresa Companhia Energética de Minas Gerais passou a ter como principal ativo a sua participação no capital das empresas mencionadas e das demais controladas.

Os principais saldos de ativos e obrigações transferidos para as empresas subsidiárias estão demonstrados nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2005.

A estrutura da CEMIG após a desverticalização é conforme segue:



(*) Refere-se ao percentual de participação da CEMIG através de sua controlada Empresa de Infovias S.A..

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

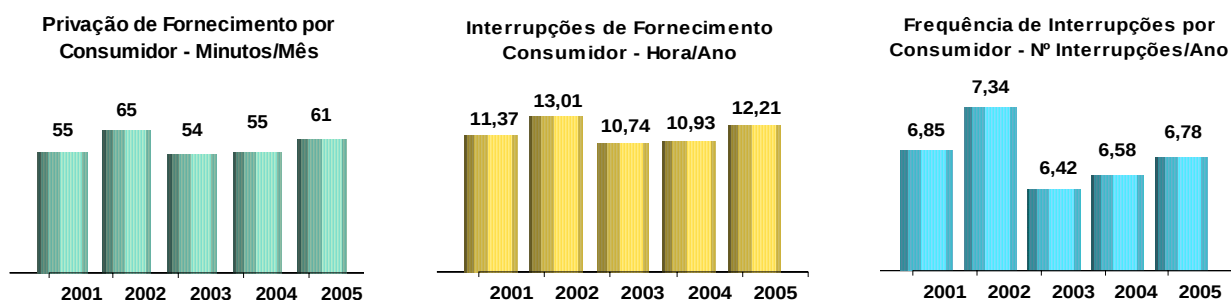
Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- ♦ Manutenção contínua do credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representação da CEMIG, beneficiando com esta ação, diversos municípios em sua área de concessão.
- ♦ Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- ♦ Expansão e adequação da Central de Atendimento "Fale com a Cemig" às exigências da ANEEL, que regulamentou este canal de comunicação dos clientes com as concessionárias de energia. Hoje, o "Fale com a Cemig" está estruturado com 357 posições de atendimento para atender nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig, Chat e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento ultrapassa a casa das 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia, sem prejuízo da qualidade do atendimento.
- ♦ Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade.



Do total desses indicadores, cerca de 20% se referem aos desligamentos programados para melhorias na qualidade do fornecimento. Esses desligamentos são precedidos de avisos e, portanto, reduzem o impacto, para os clientes, do corte temporário de energia.

Desempenho Comercial

No volume de vendas de energia, a CEMIG apresenta aumentos crescentes conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Venda de Energia - GWh						
Classe	2001	2002	2003	2004	2005	Var.% 2005/2004
Industrial	21.351	21.906	21.715	23.071	23.472	1,7
Residencial	6.475	6.360	6.529	6.526	6.590	1,0
Comercial	3.269	3.283	3.402	3.537	3.754	6,1
Rural	1.572	1.705	1.783	1.846	1.941	5,1
Outros	2.229	2.330	2.478	2.499	2.573	3,0
Total Vendido a Consumidores Finais	34.896	35.584	35.907	37.479	38.330	2,3
Suprimento	632	313	621	364	1.255	244,8
Consumo próprio	52	50	55	54	29	(46,3)
Total	35.580	35.947	36.583	37.897	39.614	4,5

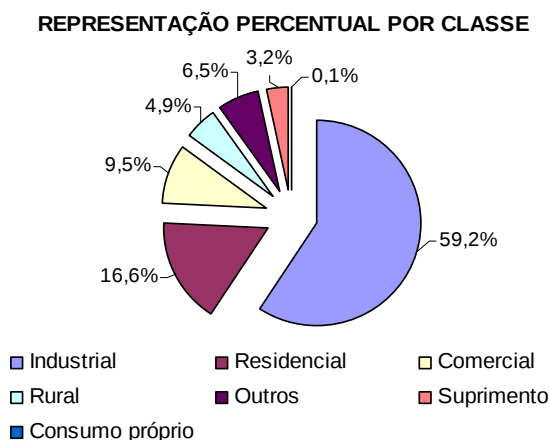
Contribuiu para o crescimento das vendas em 2005 a maior venda de energia na classe industrial, tendo em vista a conquista de novos consumidores fora da área de concessão. Nesta classe, destacamos a indústria de transformação que registrou um crescimento de 4,1%. Este crescimento deve-se principalmente ao setor de siderurgia que registrou um crescimento de 30,3%, compensado parcialmente pelo decréscimo de 11,8% no setor de ferroligas. Com uma menor participação, destacaram-se também os seguintes setores: Mecânica, Material Elétrico e Comunicação, Material de Transportes e Produtos Alimentares.

A classe comercial apresentou a maior variação positiva em relação às demais, com crescimento de 6,1. Tal crescimento deveu-se ao melhor desempenho do comércio varejista, cuja participação na classe comercial foi equivalente a 31%, com um crescimento de 6,4%.

O consumo da classe residencial registrou crescimento de 1,0%, com aumento da base de consumidores faturados em 97.031. Esse tímido crescimento pode ser explicado pelo desaquecimento da economia e dos novos hábitos de consumo adquiridos após o período do racionamento de energia.

A classe rural registrou crescimento de 5,1%. O consumo convencional, com participação de 70% no total da classe, cresceu 5,3%; já o consumo para irrigação, com participação de 30% no mercado total da classe, cresceu 4,7% em relação ao ano anterior, devido a maior incidência de chuvas nos meses de novembro e dezembro de 2005.

As outras classes de consumo que representaram 9,74% do consumo total e demandaram 3.857 GWh, tiveram um acréscimo de 32,22% devido, principalmente, à venda de energia a outros agentes da CCEE (concessionárias e comercializadoras) por meio de contratos bilaterais.



Tarifa

Tarifa de distribuição

As tarifas da CEMIG tiveram um reajuste médio de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia enquanto os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 25,14%.

Do reajuste médio de 23,88%, 12,40% referem-se efetivamente ao reajuste tarifário anual e 11,48% aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, incluídos para amortização de ativos regulatórios ainda relacionados ao programa de racionamento e outros.

Receitas de Transmissão

Em julho de 2005, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão, no percentual de 17,53%.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido

A CEMIG e suas controladas ("CEMIG") apresentaram, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$2.003 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.385 milhões no exercício de 2004.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica (R\$9.156 milhões em 2005 comparado a R\$8.602 em 2004) e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, no montante de R\$591 milhões, conforme será descrito em maiores detalhes a seguir.

A contribuição das controladas para o lucro líquido do exercício de 2005 está demonstrado como segue:

	2005	%	2004	%
CEMIG - Controladora	453	22,6	1.338	96,6
Cemig Distribuição S.A.	990	49,4	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	468	23,4	-	-
Gasmig	28,5	1,4	35	2,5
Sá Carvalho S.A.	23	1,2	23	1,7
Usina Térmica de Ipatinga S.A.	7,2	0,4	4	0,3
Usina Térmica de Cogeração S.A.	3	0,1	3	0,2
Infovias	(1)	-	(18)	(1,3)
Efficientia S.A.	0,2	-	(1)	(0,1)
Cia Transleste de Transmissão	0,2	-	-	-
Horizontes Energia S.A.	6	0,3	1	0,1
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	6	0,3	-	-
Rosal Energia S.A.	18,9	0,9	-	-
Lucro Líquido Consolidado	2.003	100,0	1.385	100,0

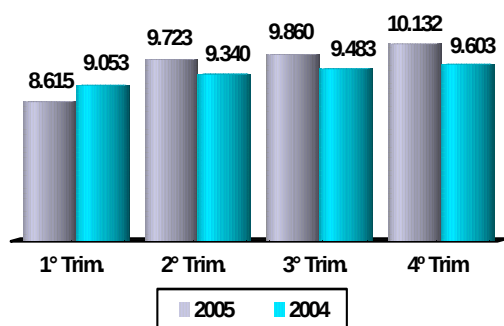
Receita Operacional Líquida

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões			
	2005	2004	Var. %
Fornecimento a Consumidores Finais	8.919	8.565	4,1
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	237	37	540,5
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	9.156	8.602	6,4
Reajuste Tarifário Diferido	591	359	64,6
Receita de Uso da Rede	1.523	245	521,6
Outras Receitas Operacionais	433	542	(20,1)
	11.703	9.748	20,1

Receita com venda de energia para consumidores finais:

A receita bruta de fornecimento a consumidores finais foi de R\$8.919 milhões em 2005 comparada a R\$8.565 milhões em 2004, um aumento de 4,1%.

GWh faturados - consumidores finais



O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica para consumidores finais decorre basicamente dos seguintes fatores:

- ❑ reajustes tarifários para os consumidores cujos preços são regulados, de 14,0% a partir de 8 de abril de 2004, efeito integral no exercício de 2005, e 23,88% a partir de 8 de abril de 2005.
- ❑ aumento de 2,3% no volume de energia vendida, cujos comentários sobre as variações em cada uma das classes de consumo estão descritos no item “fornecimento de energia elétrica”.

Apesar dos reajustes tarifários acima citados, o aumento da tarifa média de fornecimento, incluindo o ICMS, foi de apenas 1,6% (R\$229,14 em 2005 comparado a R\$225,71 em 2004). Isso deve-se ao fato de que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão.

Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de "Receita de uso da rede" no montante de R\$1.201 milhões em 2005. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Para efeito de comparação entre os exercícios de 2005 e 2004, se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em 2005, verifica-se um crescimento na receita de 18,1%.

Receita com venda de energia para revendedores e transações com energia livre na CCEE/MAE

Em função da venda de sobras de energia da Cemig Distribuição na CCEE em 2005, ocorreu um crescimento de 540,5% na receita com suprimento de energia elétrica, R\$237 milhões em 2005 comparado a R\$37 milhões em 2004.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%. O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

O valor registrado em 2004 foi decorrente do primeiro resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG, divulgado pela Aneel, que indicou um reajuste de 37,86% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R\$359 milhões, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

Receita de Uso da Rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 521,6%, no montante de R\$1.278 milhões (R\$1.523 milhões em 2005 em comparação a R\$245 milhões em 2004). Este aumento decorre basicamente da receita de TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$1.201 milhões, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão. Conforme mencionado anteriormente, até 2004 o valor da TUSD era incluído na tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro (R\$313 milhões em 2005 em comparação a R\$243 milhões em 2004).

Custos e despesas operacionais

	2005	2004	Var. %
Custos Controláveis			
Pessoal	846	809	4,6
Obrigações Pós-emprego	153	107	43,0
Materiais	96	100	4,0
Serviços de Terceiros	423	334	26,6
Provisões Operacionais	127	159	(20,1)
Gás Comprado para Revenda	156	260	(40,0)
Participações dos Empregados	260	110	136,4
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação da RTE	309	104	197,1
Depreciação e Amortização	595	584	1,9
Outras Despesas Líquidas	212	166	27,7

	3.177	2.733	16,2
Custos não controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.455	1.373	6,0
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	145	108	34,3
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	416	292	42,5
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	641	538	19,1
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	296	238	24,4
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA	1	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	211	20	955,0
	3.165	2.569	23,2
	6.342	5.302	19,6

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela “A” do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, através de um mecanismo chamado de CVA (“Compensação da variação dos itens da Parcela “A”).

Estas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2005.

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2005
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.321	210	(76)	1.455
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	112	34	(1)	145
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	407	1	8	416
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	545	109	(13)	641
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	268	28	-	296
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA	5	-	(4)	1
Total	2.658	382	(86)	2.954

Compra de energia

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementada pelos contratos iniciais, compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Os valores de compra de energia em cada um dos itens estão demonstrados na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

Encargos de Uso da rede de Transmissão

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica. Sem considerar os efeitos da CVA, demonstrados nas tabelas anteriores, esta despesa não apresentou variação relevante nos exercícios comparados (R\$545 milhões em 2005 e R\$556 milhões em 2004).

Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro, localizadas principalmente no norte do Brasil, e que são rateados entre os concessionários de energia elétrica, conforme valores divulgados pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os valores a serem pagos pela CEMIG são definidos pela ANEEL através de Resolução.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação financeira é paga pelas controladas da Cemig que geram energia elétrica, para o Governo Federal, estados e municípios das áreas onde estão localizados os reservatórios das usinas. A tarifa é calculada com base na energia efetivamente gerada por cada usina e teve um reajuste de 19,2% em janeiro de 2005.

Custos controláveis

As principais variações nos custos e despesas controláveis estão descritas a seguir:

Despesa com Pessoal

O aumento de 4,6% na despesa com pessoal deve-se basicamente ao reajuste de 7,00% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 (efeito integral em 2005) e 7,57% em novembro de 2005.

O número de empregados da CEMIG e suas controladas apresentou um decréscimo de 3,7% no ano (10.271 em 2005 e 10.668 em 2004).

A segregação dos custos com pessoal está demonstrada na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação dos empregados nos resultados

A CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Cemig Distribuição utilizam como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$184 milhões e R\$48 milhões respectivamente.

Benefícios pós-emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004 da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,00% para 6,00%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais em 2005.

Para 2006 é estimada uma despesa de R\$150 milhões, ou seja, 2,00% inferior a despesa de 2005.

Provisões Operacionais

O menor saldo das provisões operacionais em 2005 comparado a 2004 deve-se basicamente à provisão para perda, feita em 2004, referente aos bônus pagos aos consumidores durante o período de racionamento no montante de R\$23 milhões.

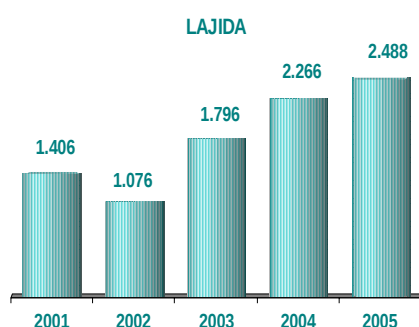
A segregação das provisões operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$185 milhões, o que justificou a expressiva variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

LAJIDA (EBITDA)



O LAJIDA apresentou um crescimento de 9,8% na comparação de 2005 com 2004. Este crescimento deve-se basicamente a receita referente ao reajuste tarifário diferido, descrita anteriormente, e ao crescimento da receita líquida.

No período de 2001 a 2005, cresceu 77,0% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 39,9%.

LAJIDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro, não considerando a despesa com juros sobre o capital próprio, foi uma receita líquida de R\$632 milhões em 2005 comparada a uma receita líquida de R\$229 milhões em 2004, um aumento de 176,0%.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício estão relacionados a seguir:

- ❑ Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquida da provisão para perda, no montante de R\$500 milhões em 2005, comparados a R\$255 milhões em 2004, representando um aumento de 96,1%. Este aumento deve-se basicamente aos efeitos da assinatura do quarto aditivo contratual com Governo do Estado em 2005, detalhados na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- ❑ Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o ativo originário do Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$231 milhões, comparados a R\$79 milhões em 2004, representando um aumento de 192,4%. Este resultado deve-se aos novos valores da revisão tarifária da Cemig Distribuição.
- ❑ Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país (R\$565 milhões em 2005 comparados a R\$374 milhões em 2004).
- ❑ Redução da variação monetária com empréstimos e financiamentos, (R\$16 milhões em 2005 comparados a R\$124 milhões em 2004). Esta redução deve-se aos critérios de rolagem da dívida da Companhia e à queda da variação do IGPM (12,41% em 2004 para 1,21% em 2005).
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais em 2005, no montante de R\$146 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$86 milhões em 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2005, o real apresentou uma valorização de 11,8% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,7% no mesmo período de 2004.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 31 das Demonstrações Financeiras.

Resultado não Operacional

A despesa não operacional líquida de R\$52 milhões em 2005 comparada a R\$74 milhões de receita não operacional líquida em 2004 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões, registrado no ano anterior, referente à alienação de 40,00% na participação da GASMIG.

NEGOCIAÇÃO DO QUARTO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DOS CRÉDITOS DA CONTA DE RESULTADOS A COMPENSAR – CRC

O Quarto Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC foi assinado no dia 23 de janeiro de 2006, viabilizando o pagamento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Sua aprovação ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária iniciada em 30 de dezembro de 2005, reiniciada em 5 de janeiro de 2006 e finalizada em 12 de janeiro de 2006.

Esse Aditivo teve os seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2005 e consolidou os saldos a receber do segundo e terceiro aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2,9 bilhões. Seu saldo tem atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76,5 milhões.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem:

1. liquidação de parcelas em atraso;
2. liquidação da parcela relativa ao semestre;
3. amortização antecipada de até 2 parcelas; e
4. amortização do saldo devedor.

Excepcionalmente em 2006, R\$30 milhões dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O disponível no fim do exercício somava R\$1.344 milhões (R\$896 milhões em 2004), um crescimento de R\$448 milhões.

A Geração de caixa operacional foi de R\$1.657 milhões em comparação a R\$1.694 milhões em 2004. Entre os fatores que contribuíram para esta pequena redução no caixa gerado, podemos destacar o pagamento em 2005 do ICMS incidente sobre a TUSD, retroativo ao ano de 2000, em montante superior a R\$200 milhões.

As atividades de financiamento representaram uma entrada de caixa de R\$147 milhões comparada a saída de caixa de R\$187 milhões em 2004. Em 2005, a captação de recursos foi superior as amortizações de dívidas e aos valores pagos como dividendos, sendo que em 2004 ocorreu um maior pagamento de dívidas em relação aos novos financiamentos.

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R\$1.356 milhões em 2005 em comparação a R\$1.051 milhões em 2004, um acréscimo de 29%. Este resultado deve-se principalmente ao maior volume de recursos investidos na atividade de Distribuição, com o lançamento do Programa Luz para Todos. Maiores informações sobre os investimentos serão descritas a seguir.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	2005	2004	Var. %
Geração			
- Usina de Aimorés	58	127	(54,3)
- Usina de Irapé	335	447	(25,1)
- Rosal Energia	-	98	-
- Outros empreendimentos de geração	32	15	113,3
Total da Geração	425	687	(38,1)
Distribuição	845	222	280,6
Transmissão	45	65	(30,8)
Gás	17	28	(39,3)
Telecomunicações	21	17	23,5
Outros	3	32	(90,6)
	1.356	1.051	29,0

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 54 usinas, sendo 49 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 6.111 MW. Os principais empreendimentos em construção ou com início de operação em 2005 estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Aimorés (em operação comercial)	330 MW	49,00%	Julho/2005
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	1º Trimestre/2006
Usina de Capim Branco I	240 MW	21,05%	Janeiro/2006
Usina de Capim Branco II	210 MW	21,05%	Dezembro/2006

Projetos de Reforma e Modernização

A CEMIG está conduzindo projetos de reforma e modernização dos equipamentos eletromecânicos de suas usinas em operação, instalando sistemas de controle, proteção e supervisão de última geração. Dentre os vários projetos concluídos e em processo de execução, destacam-se:

- ❑ Reforma e modernização nas usinas de Jaguará e Três Marias onde foram gastos R\$25 milhões. Para os próximos três anos, estão previstos mais R\$100 milhões para reforma ou substituição de geradores, turbinas, comportas, transformadores e disjuntores dessas mesmas usinas.
- ❑ Encontram-se em andamento projetos de adequação dos sistemas de medição de faturamento e transmissão de dados operativos das usinas geradoras, envolvendo recursos da ordem de R\$40 milhões.
- ❑ Em 2006 deverão ser concluídos os estudos para modernização das Usinas São Simão e Volta Grande, dentro do plano de revitalização dos ativos de geração, buscando maior eficiência e confiabilidade, além da redução dos custos de operação e manutenção

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, promovendo o desenvolvimento da Empresa e alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e exploração das PCHs se fará através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a CEMIG (com participação limitada a 49%). A comercialização da energia será feita através de contrato de venda (PPA) que será firmado entre a SPE e o consumidor.

O Programa foi lançado através de chamada pública em novembro de 2004 e continua aberto para a entrada de novos projetos.

Atualmente, estão cadastradas no Programa 33 projetos de PCHs, com potência instalada total de 520 MW, das quais 23 estão com Acordo de Confidencialidade assinado e 04 estão com Memorando de Entendimentos assinado. Dessas 4 PCHs, 2 já estão em fase de licitação, permitindo, caso sua viabilidade se confirme, que as obras sejam iniciadas no primeiro semestre de 2006.

Transmissão

Em dezembro de 2005, foi iniciada a operação comercial da Linha de Transmissão – Montes Claros 2 – Irapé, 345 kV, com 150 km de extensão, interligando o AHE Irapé ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Esse empreendimento foi implantado pela Companhia Transleste de Transmissão, com participação de 25% da CEMIG.

Os principais empreendimentos iniciados em 2005 são apresentados a seguir:

- ❑ LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%);
- ❑ LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, em implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%);
- ❑ LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%).

Investimentos no Chile

A CEMIG e a Alusa foram declaradas vencedoras da concorrência internacional realizada pelo Centro de Despacho Econômico de Carga do Sistema Interconectado Central – CDEC – SIC do Chile, para implantação da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 190 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para janeiro de 2008.

Subtransmissão

Em 2005, foi inaugurada a SE Neves 3, 138 kV, com capacidade de 50 MVA, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Também foram concluídas as obras de implantação de duas outras subestações:

- ❑ SE Três Corações 2 – 138 kV, na região Sul do Estado, para atendimento à Mangels e outros consumidores;
- ❑ SE Mariana 2 – 138 kV, com capacidade de 15 MVA, construída na região Mantiqueira.

Encontra-se em implantação o Plano de Atendimento ao Noroeste Mineiro “Projeto Noroeste” que disponibilizará infra-estrutura essencial ao crescimento econômico, dobrando a capacidade de atendimento de energia elétrica da região, passando dos 150 MW atuais para 300 MW futuros, através da Integração da AHE Queimado, construção de 03 novas Subestações, ampliação de 05 Subestações existentes, construção de 162 km de Linhas de Transmissão e 1.367 km de Redes de Média Tensão, permitindo, assim, a ligação de aproximadamente 27.000 novos Consumidores. Serão investidos R\$150 milhões no Projeto Noroeste até 2007, utilizando recursos próprios, recursos do Estado de Minas, captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a contratação de financiamento junto à Eletrobrás.

Distribuição

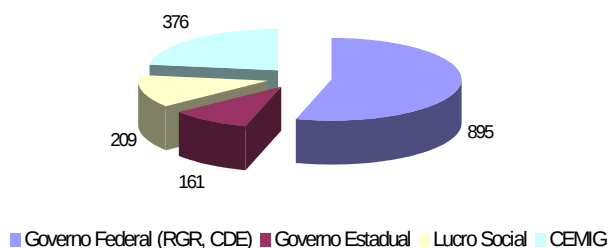
Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização, do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



O Programa tem um orçamento estimado pela CEMIG em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A CEMIG utilizará parte destes recursos no Programa “Luz para Todos”.

Em junho de 2005, a CEMIG assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006.

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R\$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até o final de 2005, foram ligados cerca de 50 mil clientes rurais.

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a CEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais. Nos anos de 2004 e 2005 foram iluminados 144 campos. Em 2006 mais 300 campos serão iluminados. O custo orçado é de R\$18 milhões, sendo a metade de responsabilidade da CEMIG.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública

A CEMIG vem executando obras de melhoria na iluminação pública no Estado, objetivando a modernização dos sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, redução dos gastos com operação e melhoria das condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades mineiras.

Em 2005, no Programa de Eficientização, a Empresa substituiu aproximadamente 58 mil luminárias, espalhadas por todas as regiões de Minas Gerais, gerando uma economia de demanda da ordem de 4,6 MW, que representa, em um ano, 20.150 MWh de energia.

Adicionalmente, a CEMIG repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – *Reluz*. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública. Através do Programa Reluz, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração o “Programa Cresce Minas”, a ser executado em 3 anos a partir de 2006, no valor global de R\$686,1 milhões, visa à recuperação das condições do sistema elétrico para atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada de crescimento, o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição e a manutenção os níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados de níveis tensão e continuidade, evitando penalidades da ANEEL.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG é responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, sendo uma controlada em conjunto da CEMIG (55,19%) e que tem como segundo maior acionista a subsidiária da Gaspetro TSS Participações S.A. (39,5%).

Em 2005, a Gasmig investiu R\$44 milhões na expansão de sua rede de distribuição no Estado. Foram construídos mais 93 km de redes de distribuição cuja extensão total é de 336 km no final de 2005, representando um crescimento de 38% em relação ao ano de 2004. A expansão da rede da Gasmig permitiu a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes, que ao final de 2005 somaram 233, sendo 155 empresas, 76 postos de gás natural veicular e duas usinas termelétricas. O número de clientes atendidos pela Gasmig cresceu 13,8% em 2005.

Telecomunicações

O setor de telecomunicações manteve, ao longo de 2005, o mesmo ritmo de crescimento verificado no segundo semestre de 2004, onde as contratações de serviços de telecomunicações, reagiram com o processo de crescimento da economia e apresentaram também aumento. A demanda manteve-se aquecida ao longo de todo o ano permitindo a Infovias alcançar seus objetivos tanto na venda de circuitos como de serviços. O crescimento do número de circuitos foi de 34%, enquanto que na venda de capacidade nos serviços agregados foi de 81%.

A receita anual bruta da Infovias foi de R\$97 milhões, sendo 56% provenientes dos serviços de TV a Cabo e internet, enquanto que os 44% restantes ficaram a cargo da comercialização de circuitos dedicados e serviços.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada da Infovias, Way TV Belo Horizonte S.A., continuou apresentando um dos maiores crescimentos no setor. A empresa vem continuamente aumentando sua participação no mercado das cidades em que atua. O crescimento da base de assinantes de TV a cabo em 2005 foi de 22,39% contra 12,50% do ano anterior. No segmento Internet Banda Larga a Way manteve sua política agressiva de lançamentos de novos produtos e serviços, agregando cada vez mais valor aos seus assinantes. O número de assinantes de internet superou as expectativas iniciais apresentando um crescimento de 78% em relação ao ano de 2004.

Para 2006 a expectativa é novamente de crescimento do setor de telecomunicações, porém em taxas menores para o primeiro semestre e aumento da demanda no segundo semestre, acompanhando a tendência da economia nacional.

GESTÃO DA DÍVIDA

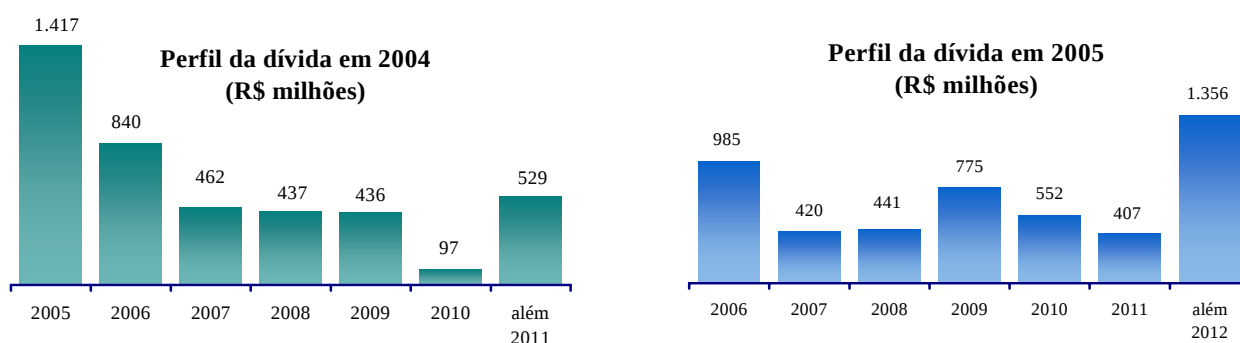
Captação de recursos

A CEMIG apresentava no final de 2004 um cronograma de amortizações de sua dívida bastante concentrado no curto prazo, reflexo das captações feitas em 2002 e 2003, quando o mercado estava menos líquido, afetado pelo racionamento de energia elétrica e pela proximidade das eleições presidenciais. O gráfico abaixo do perfil da dívida em 2004 evidencia uma concentração de 54% da dívida nos 2 anos subsequentes.

O ano de 2005 foi marcado pelo sucesso da CEMIG na sua estratégia de alongamento do perfil de sua dívida. No ano foram contratados recursos num volume total de R\$1.556 milhões.

As condições financeiras contratadas foram sinal da significativa confiança do mercado bancário nos fundamentos da CEMIG. Com sua qualidade de crédito, a Empresa se beneficiou da liquidez presente no mercado de crédito bancário ao longo de 2005.

A captação de recursos, marcada pelas condições de longo prazo, tornou o cronograma de amortizações da dívida, a partir de 2006, bastante linear ao longo dos anos, como pode ser visto no gráfico abaixo:



Política de Proteção Cambial (“Hedge”)

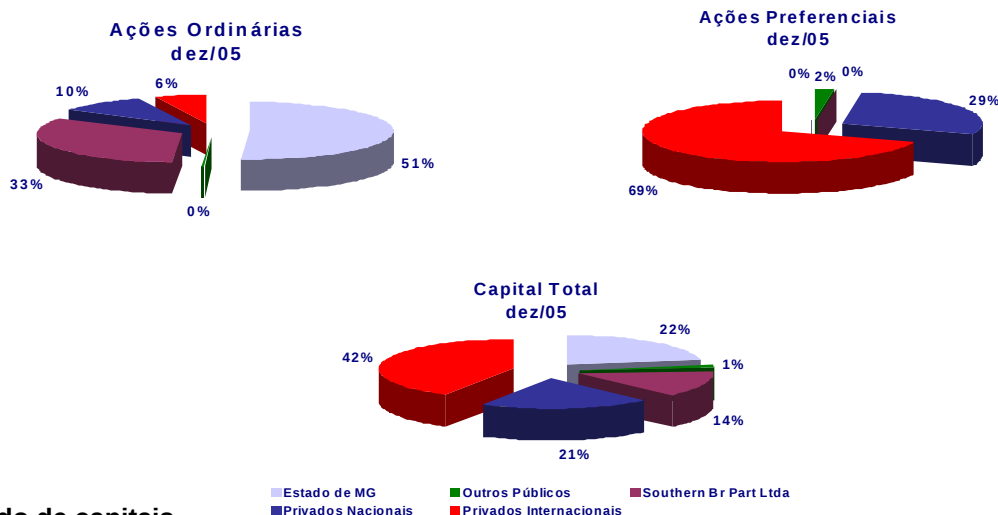
Foi mantida a política de hedge, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

MERCADO DE CAPITAIS

Composição acionária

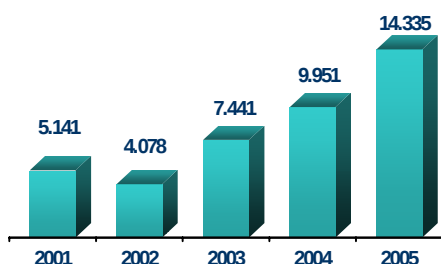
O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005, totalizou R\$1.622 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



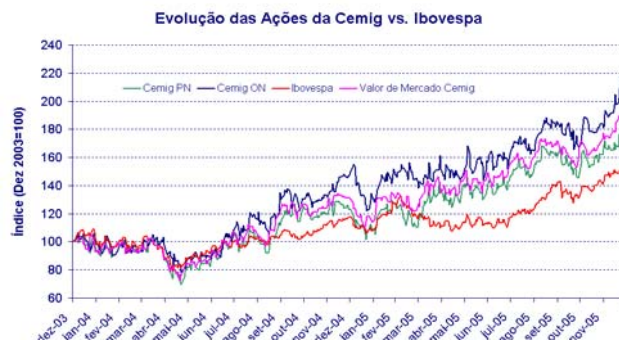
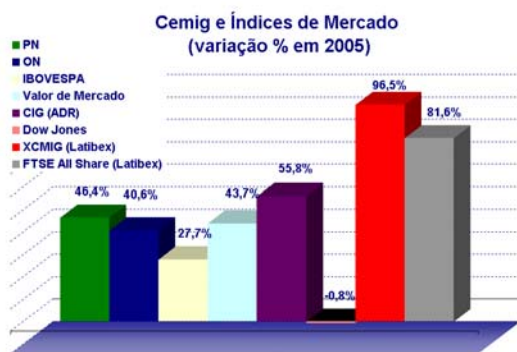
Mercado de capitais

As ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da CEMIG são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 1972 com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Na Bolsa de Madri as ações preferenciais (XCMIG) são negociadas desde 2002 e, na Bolsa de Nova Iorque, os ADRs nível 1 (CIG), também lastreados por ações preferenciais, são negociados desde 1993, transformados para nível 2 em 2001. Desde outubro de 2001, a CEMIG está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

Valor de Mercado da CEMIG (R\$ Milhões)



Em 2005, as ações da CEMIG tiveram desempenhos muito superiores aos índices das bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Latibex, repetindo o ano anterior. Destacamos o crescimento de 44,1% em nosso valor de mercado no ano e de 178,8% no período entre dezembro de 2001 a dezembro de 2005. Em dezembro de 2005 nosso valor de mercado chegava a R\$14,3 bilhões.



RELACIONES COM INVESTIDORES

Relações com investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em ações da Companhia.

Para isto, utilizamos os seguintes meios:

- Nossas páginas na internet no Brasil (ri.cemig.com.br) e no exterior (ir.cemig.com) estão disponibilizadas em três idiomas: português, inglês e espanhol.
- Reuniões com investidores no Brasil e no Exterior, road-shows ou reuniões individualizadas.
- Participações em eventos, congressos e seminários voltados aos investidores.
- Emissão de comunicados amplamente divulgados através da internet.
- Teleconferências e videoconferências.
- Arquivamento de comunicados, avisos aos acionistas e fatos relevantes nos órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil (CVM) e no exterior (SEC).

Em 2005, participamos de 40 seminários e encontros com investidores, 07 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 03 *road shows* no exterior além de um grande número de reuniões, *conference-calls* e videoconferências com analistas e investidores. De 12 a 14 de maio realizamos o 10º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais juntamente com a Apimec no edifício sede da CEMIG, incluindo uma visita técnica à Usina de Capim Branco – Uberlândia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio do equilíbrio entre os aspectos econômico-financeiros, ambientais e sociais, pois nosso foco é a criação de valor para o acionista no longo prazo.

Desde 2001, integramos o Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento. Nesse sentido, nossa empresa também está sujeita ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Nossas Demonstrações Financeiras são divulgadas segundo normas contábeis nacionais (BRGAAP) e internacionais (USGAAP).

Anualmente, realizamos encontro com analistas do mercado de capitais e investidores, para divulgarmos informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além de diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

Em dezembro, nosso Estatuto foi modificado para incluirmos metas a serem seguidas pelos administradores, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do Plano Diretor e da nova política de dividendos:

- Endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- manter as receitas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais até os seguintes limites:

- Endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;
- montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado a, no máximo, 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente.

Acordo de acionistas

O acordo de acionistas assinado entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

Gerenciamento de Riscos

Buscamos balancear a necessidade de atingirmos nossos objetivos, com as oportunidades do mercado e os riscos associados. Esse balanceamento requer atividades de transferência, minimização e aceitação de riscos, sendo, portanto, imprescindíveis a construção, revisão e contínuo aprimoramento da matriz de riscos corporativos.

Nossa política de gestão cobre todos os riscos aos quais a Empresa está sujeita e busca avaliar os possíveis impactos dos mesmos sobre os resultados empresariais, utilizando-se de diversas técnicas e sistemas de avaliação. Buscamos empregar tecnologias modernas que se inscrevem entre as melhores práticas utilizadas por empresas de ponta e que estão inseridas em um contexto global.

Sarbanes Oxley - O plano da Cemig para a certificação:

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou em 16/12/2005 a implantação do Projeto CEMIG-SOX. Este projeto objetiva a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC-Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano,

As atividades do Projeto se iniciaram em 09/01/2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas. Além disso, contamos com o apoio de consultores contratados, pertencentes às empresas Deloitte Touche Tohmatsu e SAP do Brasil Ltda.

Os trabalhos das equipes do Projeto compreendem, na primeira fase, o levantamento, a documentação e avaliação dos riscos e do ambiente de controle dos "processos críticos" e das "contas contábeis relevantes", além da implantação do MIC-Management of Internal Controls, uma ferramenta disponibilizada pela SAP para armazenamento e gerenciamento dos controles internos. Na sequência, todos os controles serão testados pela Auditoria Interna para verificar sua eficácia e posteriormente pela Auditoria Independente visando nossa certificação até 31 de dezembro de 2006.

PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONDUTA PROFISSIONAL

Nossa empresa possui uma Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, que foi distribuída a todos empregados e está disponível na nossa página da internet ([http://ri.cemig.com.br/Governança Corporativa/Princípios Éticos](http://ri.cemig.com.br/Governança%20Corporativa/Princípios%20Éticos)). Seus principais objetivos são:

- Orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores (membros do Conselho de Administração e Diretores) e membros do Conselho Fiscal da Cemig;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento deste Código;
- orientar o Comitê de Ética da Cemig na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões desse Código.

Aplica-se, também, a contratados e prestadores de serviços naqueles casos em que seja definida essa obrigação em contrato.

Como parte da estratégia de implantação e divulgação da Declaração e do Código, foram realizados, em 2005, diversos workshops, com palestras e apresentação teatral sobre o tema, abrangendo empregados de todas as áreas da empresa. O material produzido nos workshops foi distribuído a todos os gerentes da Empresa para multiplicação do assunto em suas áreas de atuação.

Também nosso processo de seleção e contratação de empregados passou a incorporar uma palestra sobre a Declaração e o Código, ao final da qual os novos empregados assinam o compromisso de adesão aos princípios e normas de conduta estabelecidos.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, por exigência da legislação estadual, podendo ainda ser contatada através de e-mail, no endereço: comissaodeetica@cemig.com.br.

Em 2005, não foram recebidas denúncias sobre violação dos princípios éticos e normas de conduta.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume a partir de 2005, o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.

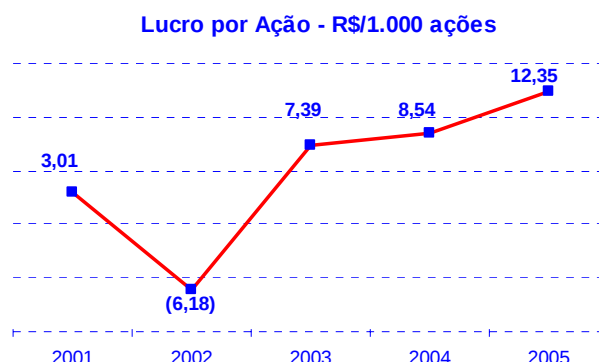
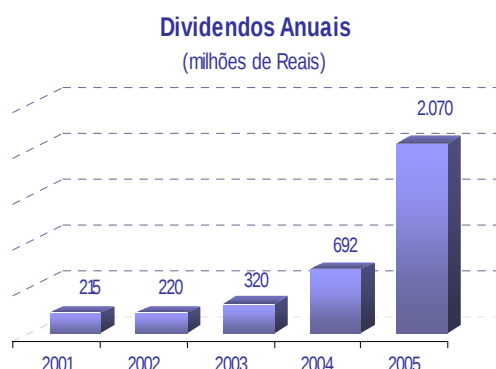
As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de ações e têm um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:

- 10% calculados sobre seu valor nominal e
- 3% do valor do patrimônio líquido por ação.

Uma vez satisfeitas estas condições mínimas, as ações ordinárias e preferenciais concorrem em igualdade de condições aos dividendos.

Nos exercícios em que a CEMIG tiver lucros insuficientes para pagar dividendos, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações de propriedade de particulares, emitidas até o dia 4 de agosto de 2004, um dividendo mínimo de 6% ao ano calculado sobre seu valor nominal.

A rentabilidade crescente da Companhia e a política de dividendos trouxeram um ganho substancial para os acionistas, conforme ilustrado nos gráficos a seguir. Até 31 de dezembro de 2005, foram provisionados R\$2.070 milhões a serem pagos em 2006 sendo, R\$1.097 milhões correspondentes a destinação de 54,7% do lucro líquido do exercício, R\$897 milhões correspondentes a dividendos extraordinários e R\$77 milhões correspondentes a dividendos complementares do exercício de 2004. Em 2005 foi pago um montante de R\$692 milhões referente ao lucro apurado em 2004.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2006 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$2.003 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.097 milhões (54,7% do lucro líquido) para pagamento de dividendos, sendo o montante de R\$635 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R\$462 milhões na forma de dividendos complementares.
- R\$100 milhões (5% do lucro líquido) para a constituição de Reserva Legal.
- R\$806 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, sendo R\$383 milhões em Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de financiar aplicações em investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e R\$423 milhões alocados em Reserva Estatutária para pagamento de dividendos extraordinários no futuro.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2005, os auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram os seguintes serviços:

Serviços	2005 R\$ mil	% em relação à auditoria	2004 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	514	100,0	477	100,0
Outros Serviços:				
- Due Diligence – Projeto Tucuruí (1)	221	43,0	-	-
- Auditoria do Consórcio Irapé (2)	-		90	18,9
- Diagnóstico de aderência à Lei Sarbannes-Oxley (3)	-		16	3,3
- Procedimentos de ratificação dos cálculos – Res. ANEEL 165/03 e 83/04 (4)	-		42	8,8
Total de outros serviços	221	43,0	148	31,0
Total Geral	735		625	-

- (1) Contrato de execução de serviços de assessoria contábil para avaliação da aquisição de linhas de transmissão.
- (2) Auditoria das demonstrações contábeis do consórcio de construção da Usina de Irapé e revisão do resultado dos custos incorridos pelas empresas construtoras.
- (3) Contratação feita em 21/09/04 para prestação de serviço de diagnósticos das atividades necessárias à avaliação do atual ambiente de controles internos da CEMIG e planejamento das atividades necessárias para obtenção da certificação à seção 404 da Lei Sarbannes-Oxley.
- (4) Contratação feita em 27/09/04 para prestação de serviço de ratificação dos cálculos referentes às receitas obtidas com a aplicação das Resoluções ANEEL números 165/03 e 83/04 no mercado usado na Revisão Tarifária da CEMIG.

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbannes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PLANO DIRETOR DE LONGO PRAZO

Nossa Empresa é regida por um Plano Diretor que abrange o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos pela Companhia, e sua política de dividendos, sendo revisado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano Diretor nos coloca ante o desafio de nos tornarmos uma empresa cada vez mais competitiva em cada um dos mercados onde atuamos. Sua abrangência alcança todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia e suas controladas e consórcios dos quais participa, direta ou indiretamente, incluindo o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual. Ele foi desenhado a partir da análise das oportunidades de mercado e das condições específicas da Cemig.

A tendência mundial, nas áreas de energia elétrica e gás, é a formação de grandes grupos em um processo de consolidação (diminuição do número de empresas no setor). Várias empresas já demonstraram disposição de sair do mercado brasileiro, abrindo oportunidades para a Cemig. Em linha com essa tendência, buscamos ampliar nossa participação no mercado através de uma estratégia de aquisição de ativos que acelere nosso crescimento.

Como vantagem competitiva, além de nosso porte, que já nos coloca entre as maiores empresas do setor, contamos com uma sólida e crescente geração de caixa e um aumento significativo de nossa capacidade de alavancagem financeira para a realização de novos investimentos, permitindo-nos seguir uma trajetória de crescimento sustentável.

Com o intuito de dar maior transparência ao Plano Diretor, os acionistas decidiram incorporar ao nosso estatuto suas principais metas e compromissos de longo prazo.

No processo de reavaliação anual do Plano Diretor, as metas anteriores, para o período 2006 – 2010, foram mantidas pelo Conselho de Administração.

Um dos principais desafios que vislumbramos é a gestão de uma Companhia cada vez maior e mais complexa. Apesar de nos concentrarmos em nossas principais áreas de atuação, novas empresas estão sendo incorporadas ao grupo em diversas formas de participação, requerendo o aprimoramento do modelo de gestão com vistas a nos adequarmos de maneira mais eficiente possível a esses arranjos, tendo sempre como objetivo a agregação de valor.

Como resultado da desverticalização imposta pela legislação em vigor, constituímos uma empresa holding que tem como funções básicas a gestão do valor de forma sustentada, o direcionamento estratégico de todas as empresas do grupo e a definição de suas macro-políticas, mantendo o poder de interferência direta em cada um de seus negócios.

Ao desdobrar as metas do Plano Diretor, através do BSC, o planejamento e a gestão estratégica buscam respostas para os maiores desafios empresariais. O primeiro está voltado para o aumento da competitividade da Empresa nos leilões de expansão do setor elétrico, nos negócios de geração e transmissão de energia elétrica.

São necessários novos esforços nas áreas de financiamento, investimento, construção e comercialização. Não menos importante é o esforço na área de aquisições de modo a aproveitar ao máximo as oportunidades que o movimento de consolidação do setor deve apresentar.

Nesta questão um desafio subsequente que se impõe é a necessidade de integração e a convivência de diferentes culturas. O trabalho sobre nossos Recursos Humanos busca o alinhamento das pessoas à nossa nova realidade. O Plano Diretor reforça a visão de longo prazo da Cemig, elevando sua preocupação com a segurança do crescimento. Os indicadores de segurança do Plano Diretor foram concebidos de forma conservadora, para garantir a preservação da excelente situação financeira e o foco no setor de eletricidade e gás natural.

Outro foco é extrair mais valor dos ativos da Organização de forma sustentada no tempo. Aqui são levadas em consideração as preocupações da sociedade e dos consumidores com os níveis tarifários. A solução aponta para maiores requisitos de eficiência na gestão dos ativos, dos investimentos e dos tributos.

A gestão estratégica, com o uso do BSC (Balanced Scorecard), garante o alinhamento das ações da empresa com o Plano Diretor. No Painel de Bordo da Diretoria, destacam-se as grandes metas corporativas financeiras, de mercado e de recursos humanos. A ferramenta permite à alta administração acompanhar todo o desdobramento e a execução da estratégia definida, redefinindo-a quando necessário.

GESTÃO

Sistemas de Gestão

A implantação e certificação do Sistema Integrado de Gestão, (Qualidade - ISO 9001, Saúde e Segurança - OHSAS - 18001 e Ambiental - ISO 14001) nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica foi ampliada em 2005 e, atualmente, mais de 60% dos empregados da Cemig já realizam suas atividades conforme um sistema de gestão, seja de Qualidade, Ambiental ou de Saúde e Segurança.

O Sistema de Gestão da Qualidade Cemig, certificado em conformidade com a NBR ISO 9001/2000, abrange um conjunto de processos representativos dos serviços prestados por diversas áreas da empresa. Temos hoje mais de 3.900 MW certificados, o Centro de Operação do Sistema Elétrico, mais de 80% dos empregados da Distribuição realizando suas atividades de acordo com os requisitos da norma, assim como laboratórios e diversas gerências da Diretoria de Gestão Empresarial garantindo o controle e melhoria da qualidade da empresa, através de Sistemas da Qualidade certificados.

A certificação ambiental foi ampliada significativamente, estando presente em mais de 180 municípios, mais de 50 subestações, em aproximadamente 10.000 km de Linhas de Transmissão com tensão acima de 138 kV e na geração de 600 MW de energia.

Considerando-se a política de Segurança do Trabalho da Cemig, a empresa tem intensificado a implantação do Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho em conformidade com a especificação OHSAS 18001.

Destacamos as certificações das Usinas Hidrelétricas de Itutinga e Nova Ponte com o Sistema Integrado de Gestão - SIG (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001). Itutinga completou 50 anos em agosto e é a primeira da América Latina certificada nos três sistemas. A Usina Hidrelétrica de Camargos e a Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Montes Claros, que atua em 78 municípios com mais 385 mil clientes, também se certificaram no Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Sistema Ambiental Cemig, Saúde e Segurança).

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis pelas áreas prestadoras de serviços internos, a CEMIG decidiu implantar Acordos de Níveis de Serviços (ANS) como parte de seu direcionamento estratégico. A meta é reduzir custos administrativos e operacionais e direcionar os esforços e ativos de forma a alcançar maior eficiência operacional e financeira.

A metodologia escolhida para o alcance desses objetivos foi a de Gestão de Nível de Serviços (GNS), envolvendo aplicação de ABC (Custo Baseado em Atividade) seguida do desenvolvimento dos ANS. O resultado desse trabalho oferece subsídios para a implementação de um *Balanced Scorecard de Serviços*, a ser monitorado através de índices de desempenho estratégico.

Gestão de Transportes

A CEMIG possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos. Em 2005 foram adquiridos 682 veículos através do Programa de Substituição de Frota.

Telecomunicações e Informática

Projeto de Migração do sistema de gestão integrada - ERP-SAP

Em continuidade ao projeto de migração do ERP-SAP, foram implantados módulos estratégicos que permitem :

- a simulação e realização do planejamento orçamentário de despesas e receitas de forma integrada com o SAP R/3 (Business Planning and Simulation - BPS);
- a automatização dos mapas de Balanced Scorecard vigentes na Cemig (BSC);
- a implantação do fluxo de caixa planejado (orçado e simulado), compromissado e realizado (Corporate Finance Management - CFM/LP).

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Visando proteger as informações da Empresa contra a perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como atender às exigências legais e regulatórias do negócio da Empresa, a Companhia criou o Plano Corporativo de Segurança da Informação.

Foi elaborado um diagnóstico e calculado o índice de risco da informação que serviu de subsídio para a especificação de uma nova topologia de segurança para a Rede Corporativa de Dados. O plano contemplou também a criação do Comitê de Segurança da Informação, a revisão da Política de Segurança da Informação, a elaboração da norma de classificação da informação e o diagnóstico para preparação da certificação dos processos.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Em novembro de 2005 foi implantado o novo Portal de Compras da CEMIG. Esta ação garante maior agilidade nos processos de aquisição de materiais e serviços, bem como a modernização do contato com os fornecedores. Através das modalidades de Pregão e Cotação Eletrônica, a empresa obteve a redução dos custos de aquisição, promovendo um processo transparente e seguro.

Em 9 licitações na modalidade pregão presencial, efetuadas em 2005, obtivemos um decréscimo de 15,3% nos custos. Nas aquisições de materiais ao longo de 2005, tomando-se como base os valores orçados originalmente pelos negócios da Empresa, obtivemos, graças a uma gestão eficiente dos processos de aquisição de materiais e serviços, uma redução de R\$171 milhões, representando uma economia de 28,6% em relação ao montante originalmente estimado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Empresa, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano. Seus elementos centrais são a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da organização. Destacamos o Processo de Gestão de Desempenho, que irá nortear os processos, políticas e práticas de RH.

Gestão de Desempenho

Este processo alimenta e integra os demais processos de Gestão de Pessoas. O modelo adotado contempla o tratamento de Competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que gerem um resultado superior) e Resultados (objetivos e metas) e fornecerá subsídios para tomada de decisões críticas relacionadas com a gestão de pessoas. Busca-se promover a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da Organização, viabilizando soluções que criem valor para os negócios.

A Gestão de Desempenho, base para os demais processos, irá propiciar uma oportunidade de se incentivar o empregado a melhorar seu desempenho e refletir sobre seu papel, visando o crescimento próprio e o da CEMIG. Em seu escopo está o Acordo de Desenvolvimento Individual, com vistas ao crescimento do empregado a partir da detecção das necessidades de treinamento e, no plano global, o alinhamento das competências dos empregados ao Planejamento Estratégico da CEMIG.

Treinamento

A CEMIG objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diversos níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas, registrando-se 10.010 participações em 2005.

Ampliando o horizonte das possibilidades, a CEMIG, em 2005, concede, mediante cláusulas e condições previstas no Acordo Coletivo 2005/2006, o Programa Auxílio Educação que prevê o reembolso de despesas relativas às mensalidades de curso de Graduação ou Técnico, considerando o interesse da Companhia em facilitar o desenvolvimento de seu quadro de pessoal.

No Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, realizou-se treinamento técnico para 5.236 treinandos, destacando o Programa de Reciclagem, acrescido da participação de mais 300 empregados de empreiteiras, com vistas, inclusive, de difusão de procedimentos relativos a Segurança do Trabalho, para atuarem no programa "Luz para todos".

Bem Estar do Empregado

A CEMIG tem como objetivo ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com suas necessidades e tem como preocupação constante a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e bem estar de seus empregados.

Na Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, 89% responderam ao questionário com um índice médio de favorabilidade de 59%.

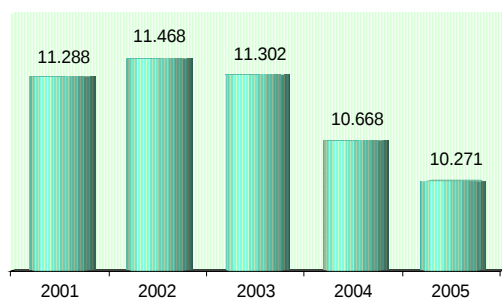
A próxima etapa compreenderá a elaboração de um Plano de Ação Corporativo e de seu desdobramento nas Superintendências e Gerências visando a realização de projetos para melhoria do Clima.

Em 2005, celebramos 20 anos do Seminário de Preparação para Aposentadoria, que contribui com o empregado na construção do seu projeto de vida após aposentadoria, e 23 anos do Curso de Orientação Médico-Social, com ênfase na questão da saúde materno-infantil para casais grávidos, que propicia segurança na vivência da gravidez e facilitação no desempenho das atividades para os pais.

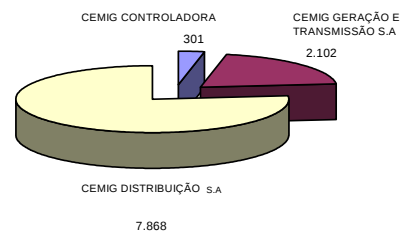
Admissões e Desligamentos

Em 2005 a CEMIG contava com 10.271 empregados. No ano admitimos 95 novos empregados e em contrapartida, ocorreram 492 desligamentos, em sua maior parte por adesão ao Plano de Desligamento Incentivado – PDI, iniciado em 2003.

Número de Empregados



EMPREGADOS POR EMPRESA



Segurança no Trabalho

A pesquisa de Clima Organizacional 2005 da CEMIG demonstrou que os empregados percebem que a empresa é extremamente atuante em relação a segurança do trabalho. Tais resultados fizeram este tema ser aquele com a maior favorabilidade da CEMIG, colocando-a muito acima do mercado geral.

Destacamos a Campanha de Segurança de Terceiros, lançada em junho/2005, voltada para o público externo (empreiteiros, fornecedores, clientes, etc), abordando as principais situações de risco responsáveis pela maioria dos acidentes ocorridos na rede elétrica.

Ressaltamos ainda o 3º Rodeio de Eletricistas da CEMIG, coordenado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, com objetivo de valorizar as habilidades dos eletricistas, com foco voltado para segurança do trabalho.

Nos últimos cinco anos, houve um decréscimo do número total de acidentes do trabalho, com relação a empregados próprios e de empresas contratadas de 28,2%, sendo que, no último ano, essa queda foi de 4,8%.

Saúde e Qualidade de Vida

Preocupada em manter os investimentos em programas de qualidade de vida, promoção da saúde e prevenção de doenças, em 2005, a CEMIG ampliou o escopo do Programa Energia Vital, com as modalidades: REPENSAR - Programa de Controle da Obesidade; PROLONGAR - Programa de Prevenção das Dores Musculares e PROCOHAR - Programa de controle da Hipertensão Arterial.

Cultura

A maioria dos projetos culturais da CEMIG possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Continuamos a investir nos festivais de extensão universitária dos maiores centros acadêmicos do Estado por entendê-los como a possibilidade de reflexão sobre a informação adquirida na sala de aula – a riqueza dessa proposta alcança a população das cidades onde eles acontecem.

Além disso, patrocinamos grandes e pequenos museus, bibliotecas públicas, academias de música e teatros.

Com o segundo ano do projeto “Filme em Minas”, reafirmamos a vocação da Companhia no apoio ao audiovisual. Neste ano 26 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos os projetos com mão-de-obra, logística e locações do Estado de Minas Gerais.

Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Companhia investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as suas atividades que realiza, valoriza os empregados, a Empresa e contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental na CEMIG e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Empresa.

A CEMIG desenvolveu no ano de 2005 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$85 milhões em programas e estudos ambientais.

Desenvolvimento Sustentável – Índice Dow Jones

Pela sexta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World), um índice considerado de alta confiabilidade mundial, compondo o seletor grupo de 317 empresas de todo o mundo. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 58 ramos industriais em 34 países. A CEMIG é a única do setor elétrico da América Latina, e está entre as três empresas brasileiras selecionadas pelo DJSI – World. Além de fazer parte do seletor grupo do Índice Dow Jones, a CEMIG ainda foi eleita líder mundial do setor elétrico, entre 75 empresas avaliadas.

Em 2005, a CEMIG foi incluída no grupo de empresas listadas no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação e efficientização de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como, energia solar e fotovoltaica, energia eólica, células de hidrogênio, substituição de óleo combustível e gasolina por gás natural.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental da CEMIG é conduzido e orientado conjuntamente, de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos, a observância da legislação ambiental e o pronto atendimento aos órgãos ambientais competentes pela questão ambiental.

Em 2005, a CEMIG obteve diversas licenças ambientais de usinas hidrelétricas, subestações e linhas de transmissão. Merece destaque a renovação das licenças ambientais de operação das usinas de Nova Ponte e Miranda.

Ações ambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé

Em 2005, foi concluído o processo de remanejamento das 632 famílias que viviam na área de abrangência do reservatório da Usina de Hidrelétrica de Irapé. O Termo de Acordo de Irapé e sua execução representa o esforço realizado pela Empresa na busca da preservação ambiental e no comprometimento com a qualidade de vida da população, sendo considerado o mais completo Acordo referente ao reassentamento de população em área rural já praticado no setor elétrico brasileiro.

As famílias remanejadas para novas áreas receberam vários benefícios dentre os quais destacamos a construção de novas moradias, rede elétrica, sistemas de abastecimento de água, melhorias nos sistemas de educação e saúde, melhorias no sistema viário, preparação das terras e fornecimento de insumos e sementes para o primeiro plantio, verba de manutenção para as associações de reassentamento, assistência técnica e social.

Além disso, o programa ambiental de Irapé incluiu diversas outras ações ambientais, relacionadas aos cuidados com a fauna, flora e com a cultura e patrimônio da região.

Materiais

Dando continuidade aos cuidados com materiais da empresa, em 2005 destacam-se a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão, totalizando 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante, retirados dos transformadores colocados fora de operação.

A campanha de coleta seletiva “Eu Amo Reciclar”, no edifício sede da CEMIG, conseguiu, em 2005, obter cerca de 53,8 mil quilos de material reciclável, ou seja, 44 mil quilos de papel e papelão, 7,6 mil quilos de plástico e 2,2 mil quilos de metais e vidros. Todo o material recolhido foi repassado para a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE.

Semana do Meio Ambiente

Para comemorar a Semana do Meio Ambiente foi escolhido o tema “A utilização inteligente da energia para a conservação do meio ambiente” que mostrou as diversas formas de energia utilizadas, como hidrelétrica, eólica, solar, células a combustível e de como o mau uso dos recursos energéticos pode prejudicar o meio ambiente. O evento contou com a participação de mais de 1.200 estudantes do ensino fundamental de 14 escolas da rede pública, estadual e municipal que, através de teatro, brincadeiras e vídeo, puderam se conscientizar de que desperdiçar energia significa degradar o meio ambiente.

Foram realizadas pela CEMIG em algumas cidades em Minas Gerais, na Semana do Meio Ambiente, diversas atividades de educação ambiental para estudantes, comunidades e empregados, tais como exposições, palestras e visitas às reservas ambientais da Companhia.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Com o objetivo de repovoamento e manutenção da biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais, foram realizados vários peixamentos em todo o Estado, com a soltura de cerca de 500 mil alevinos, envolvendo a participação de alunos e diversos setores da sociedade.

Foram ampliados os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga passando de 400 mil para 700 mil mudas por ano. Foram coletadas 504 kg de sementes para serem utilizadas no reflorestamento ciliar e arborização urbana, de um total de 130 espécies florestais.

Dentro do Projeto ASAS – Áreas de Soltura de Animais Silvestres, em convênio com o Ibama, foram recuperados, readaptados e devolvidos à natureza, nas Estações Ambientais da Cemig, 452 animais provenientes de apreensões pela Polícia Ambiental.

Dentre as melhorias operativas, vale ressaltar as adaptações de máquinas das usinas hidrelétricas de Funil, Itutinga, São Simão, Nova Ponte e Três Marias através do monitoramento de oxigênio, injeção de água e ar, com o objetivo de reduzir os riscos ambientais sobre a ictiofauna. Destacam-se ainda, o monitoramento de oxigênio à jusante das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e o monitoramento de peixes através de telemetria (estudo de transposição).

De forma a manter a qualidade de água de seus reservatórios, a CEMIG possui uma rede de monitoramento que abrange seis bacias (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul e Jequitinhonha), 24 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 40 reservatórios e 196 estações de coleta de água.

O tema da Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas, em 2005, foi “Queimadas. Melhor não Provocar”, que alertou a população para o problema das queimadas e pediu auxílio da sociedade na prevenção do fogo nas matas. A Campanha, com o apoio do Instituto Estadual de Florestas – IEF, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, foi divulgada em comerciais para rádio e TV, anúncios em jornais e revistas, outdoors, além de placas de estrada, cartilhas e adesivos.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da CEMIG para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados cerca de 300 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana. Além disso, dando continuidade ao projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, foram desenvolvidas metodologias de avaliação de árvores em risco de queda visando a substituição preventiva dessas árvores, evitando-se danos às pessoas, veículos e à rede elétrica.

Em 2005, a CEMIG produziu e forneceu às Prefeituras Municipais 15.000 mudas para a arborização urbana.

Programa de Educação Ambiental

No ano de 2005 foi dada a continuidade ao Programa de Educação Ambiental “Terra da Gente”, voltado para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental das escolas das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O projeto já chegou a 211 estabelecimentos de ensino e contemplou 78.039 alunos, o que representa cerca de 51% das escolas e 30% do total de estudantes da região. Com o Terra da Gente, espera-se possibilitar a discussão e a difusão de estratégias metodológicas adequadas para o desenvolvimento e o monitoramento de projetos pedagógicos de educação ambiental, construídos com a participação daqueles que irão efetivamente utilizar o material produzido e com informações da realidade ambiental de sua região.

Em 2005, as Estações Ambientais e Usinas da CEMIG receberam cerca de 12.886 alunos dos ensinos fundamental e médio e foi lançado o Programa de Educação Ambiental da Usina de Três Marias.

Também foi desenvolvido nos anos de 2004 e 2005, o Projeto ANEEL – Energia Eficiente com Cidadania nas Usinas, que atingiu a meta de 20.693 alunos treinados com enfoque no uso racional de energia.

Pesquisa e Desenvolvimento

Utilizamos a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial.

Investimos R\$15 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento. Valores iguais aos do programa são transferidos anualmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Fundo Setorial de Energia Elétrica – CT-Energ). Temos 75 projetos de P&D em desenvolvimento. Vários desses projetos já resultaram em produtos incorporados ao dia-a-dia da Empresa, sendo que diversos métodos de engenharia, softwares, dispositivos e equipamentos foram desenvolvidos e aplicados com redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações Cemig, controle ambiental e desenvolvimento de alternativas energéticas.

Na área de alternativas energéticas, encontram-se em desenvolvimento diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, uso racional da energia, vetores energéticos alternativos, tais como hidrogênio, biomassa vegetal e geração distribuída ou local, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação e adaptação de novas tecnologias (por exemplo, células a combustível, microturbinas a gás, motores Stirling etc.). Os resultados já obtidos com esses projetos consolidam a Cemig como detentora de larga experiência e excelente qualificação técnica na identificação, no desenvolvimento e no aproveitamento das fontes alternativas de energia, contando já com uma significativa infra-estrutura nessa área.

Ações Sociais Integradas

Nossa estratégia de Responsabilidade Social é publicamente conhecida e reconhecida através de nossa Missão, Visão e Valores Empresariais. Nossas diretrizes corporativas são acompanhadas pelo Comitê de Responsabilidade Social, com representantes de todas as Diretorias da Empresa.

Esse alinhamento permitiu a aprovação e implantação da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da Cemig”, que norteia a atuação dos empregados dentro dos princípios de Responsabilidade Social e Governança Corporativa.

Muitos são os projetos desenvolvidos por nossa Companhia, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto ASIN – Ações Sociais Integradas CEMIG, com cerca de 1.100 empregados cadastrados como voluntários, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos. São 83 projetos desenvolvidos em todo o Estado, envolvendo 10% dos empregados da Companhia, sendo 47 com foco na ação comunitária, 18 com foco na educação, 10 com foco no meio ambiente e 8 com foco na saúde, que contam com parceiros externos e internacionais. Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, etc., envolvendo, além das instituições cadastradas e dos voluntários do ASIN, empregados terceirizados e parceiros diversos nos municípios do Estado.

As linhas sociais de atuação envolvem diversas ações, tais como: projetos de alternativas energéticas para populações carentes; projetos de eletrificação rural e urbana nas regiões mais pobres do Estado, enfatizando e capacitando a população na educação para um consumo consciente e sustentável; palestras sobre saúde e segurança e meio ambiente; festivais e eventos educativos para promoção da qualidade de vida da população; programas de conservação de energia, viabilizando o consumo por segmentos específicos da sociedade.

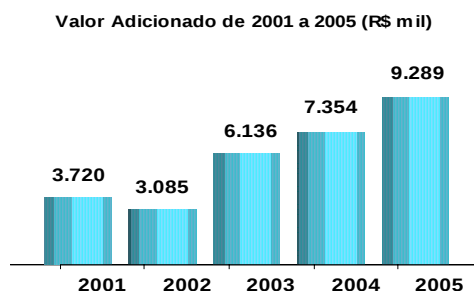
Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Companhia é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's. Na campanha de 2005, foram destinados R\$542 mil. Nos cinco anos do Programa, já foram repassados aproximadamente R\$1.240 mil a 146 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando 207 Instituições em todo o estado de Minas Gerais, durante o período citado.

A CEMIG, através da Lei Federal 8069/90, vem beneficiando, desde 2004 as instituições do ASIN/CEMIG, que trabalham com a infância e adolescência. Em 2004 foram beneficiadas 35 instituições e, em 2005 foram 81, perfazendo um total de recursos da ordem de R\$1.100 mil.

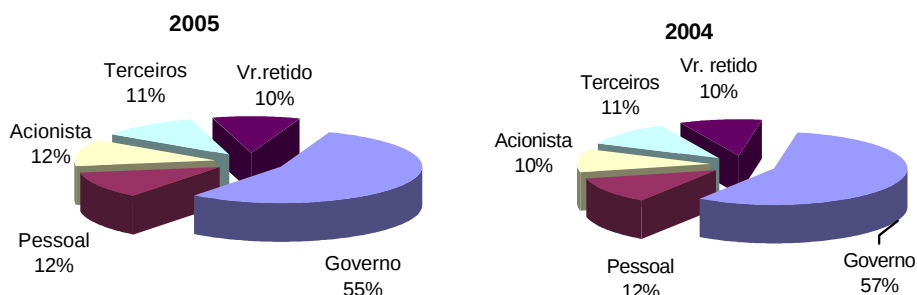
Outro reconhecimento das ações de responsabilidade social da CEMIG foi a inclusão da Companhia no grupo de trabalho para a criação da ISO – 26.000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization (ISO), do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Pela primeira vez, a coordenação mundial de um trabalho da ISO, é liderada em conjunto por dois países, nesse caso pelo Brasil e Suécia, o que torna a participação da Companhia ainda mais relevante.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$9.289 milhões de valor adicionado em 2005 em comparação a R\$7.354 milhões em 2004, um aumento de 26,3%.



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo do total distribuído em 2005 e 2004, correspondentes a 55% e 57%, respectivamente.



Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2005, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ: A Cemig Distribuição S.A. recebeu o Troféu Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ pelo seu destacado desempenho em relação às demais organizações que participaram do processo de avaliação. Foi também reconhecida na Faixa Ouro da premiação, por apresentar uma gestão compatível com os critérios de qualidade estabelecidos.

O Prêmio Mineiro da Qualidade permite uma avaliação do modelo de gestão adotado pela Cemig, medindo o desempenho em relação a referenciais de excelência do mercado mineiro e nacional, identificando e destacando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos diversos itens avaliados, e tem por objetivo buscar a melhoria contínua no atendimento às necessidades dos clientes, da sociedade, das comunidades, dos acionistas, dos colaboradores, dos fornecedores e dos parceiros.

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia: A Cemig foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia na categoria Empresas de Distribuição de Grande Porte. Também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, o prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

Prêmio Coge: na categoria Ações Ambientais para o “Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Área de Influência da Usina de Irapé”.

4º Prêmio Furnas Ouro Azul: na Categoria Comunidade, a Empresa ganhou o quinto lugar pelo projeto de P&D “Olhos d’água”, desenvolvido pela CEMIG em parceria com a Universidade Federal de Lavras. Com o objetivo de desenvolver tecnologia de reflorestamento ciliar, o projeto evoluiu para preservação das nascentes, beneficiando nos últimos quatro anos, 46 nascentes da região de Lavras, por meio da proteção das nascentes que ainda possuíam espécies nativas e reflorestamento daquelas que já estavam degradadas.

Troféu Transparência: A CEMIG recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Troféu Transparência Finalista por estar incluída entre as dez empresas finalistas na categoria *Empresas Abertas*, do IX Prêmio Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, SERASA 2005. Este troféu destina-se a premiar as empresas com maior transparência na divulgação de suas informações e também pela qualidade das suas demonstrações financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2005			2004		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	8.235.621			6.984.557		
Resultado Operacional (RO)	1.893.841			1.682.171		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	790.596			784.511		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	41.437	5,24	0,50	39.100	4,98	0,58
Encargos sociais compulsórios	218.264	27,61	2,65	193.426	24,66	2,88
Previdência privada	153.471	19,41	1,86	106.909	13,63	1,59
Saúde	25.190	3,19	0,31	21.462	2,74	0,32
Segurança e medicina no trabalho	2.654	0,34	0,03	3.215	0,41	0,05
Educação	464	0,06	0,01	582	0,07	0,01
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.508	1,71	0,16	10.487	1,34	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.599	0,20	0,02	1.600	0,20	0,02
Participação nos lucros ou resultados	259.805	32,86	3,15	109.373	13,94	1,63
Outros	13.950	1,76	0,17	15.512	1,98	0,23
Total - Indicadores Sociais Internos	730.342	92,38	8,87	501.666	63,95	7,48
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	4.180	0,22	0,05	-	-	-
Cultura	13.260	0,70	0,16	6.330	0,39	0,09
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	23.651	1,25	0,29	18.401	1,14	0,27
Total das Contribuições para a Sociedade	41.029	2,17	0,50	24.731	1,53	0,37
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.148.250	271,84	62,51	3.916.588	242,22	58,39
Total – Indicadores Sociais Externos	5.230.370	274,01	63,01	3.941.319	243,75	58,76
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos	85.425	4,51	1,04	141.700	8,76	2,11
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	85.425	4,51	1,04	141.700	8,76	2,11
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período	10.271			10.668		
Nº de admissões durante o período	95			135		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	ND			ND		
Nº de estagiários (as)	471			354		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.974			2.842		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.361			1.408		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6,81%			5,69%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	3.163			3.273		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	9,09%			8,22%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	ND			ND		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2005			Metas 2006		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa	17,53			19,04		
Número total de acidentes de trabalho	227			186		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2005:	9.311.528		Em 2004:	7.199.924	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	55,42% governo 11,80% acionistas	11,70% colaboradores (as) 11,32% terceiros	9,76% retido	56,47% governo 9,59% acionistas	12,77% colaboradores (as) 11,55% terceiros	9,62% retido
7) Outras Informações						
I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2005, cerca de R\$61milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas. II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando, no ano de 2005, 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também, em 2005, aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados foram de operação. III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução. A Diretoria da Cemig e a entidade sindical representativa dos seus empregados conduziram, em 2003, a definição de um indicador de consumo de água por empregado.						

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2001	2002	2003	2004	2005
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares)	5.412	5.591	5.744	5.875	6.010
Número de empregados	11.288	11.468	11.302	10.668	10.271
Número de consumidores por empregado	479	488	508	551	585
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	774	774
Mercado					
Área de concessão (Km2)	567.478	567.478	567.478	567.478	567.478
Geração Própria (GWh) (*)	18.957	21.608	27.025	26.922	30.411
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.462	1.378	1.380	1.351	1.337
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	246,16	281,60	356,95	416,26	491,89
Comercial	206,20	241,00	305,89	356,03	410,81
Industrial	86,23	100,05	132,39	154,38	124,41
Rural	130,96	148,00	186,42	214,42	249,13
DEC (horas)	11,37	13,01	10,74	10,93	12,21
FEC (número de interrupções)	6,85	7,34	6,42	6,58	6,78
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	55	65	54	55	61
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	45	48	48	52	54
Número de Subestações	419	424	427	434	440
Linhas de Transmissão (Km)	4.965	4.847	4.829	4.856	4.892
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.124	16.152	16.185	16.086	16.040
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	54.738	55.718	82.867	83.527	84.585
Rural	268.024	274.841	276.437	283.910	294.815
Capacidade Instalada (MW)	5.674	5.713	5.771	5.949	6.113
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	6.168	6.752	7.968	9.748	11.703
Receita operacional líquida - R\$ milhões	4.852	5.119	5.623	6.985	8.236
Margem operacional - %	18,34	10,27	21,81	24,08	23,00
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.406	1.076	1.797	2.266	2.488
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	478	(1.002)	1.198	1.385	2.003
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	3,01	(6,18)	7,39	8,54	12,35
Patrimônio líquido - R\$ milhões	6.902	5.681	6.559	7.251	7.185
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	43,43	35,05	40,47	44,74	44,33
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	7,44	(14,99)	22,34	23,60	38,66
Endividamento do patrimônio líquido - %	91,25	142,65	128,67	131,58	175,86
Liquidez Corrente	0,95	0,66	0,73	0,86	0,91
Liquidez Geral	0,83	0,65	0,74	0,80	0,78

(*) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
José Luiz Alquéres
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes
Antônio Luiz Barros de Salles
José Augusto Pimentel Pessôa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Fernando Lage de Melo
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Francisco Sales Dias Horta
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal
Fernando Teixeira Mendes Filho
Rodrigo Bhering Andrade
Andréa Leandro Silva
Evandro Veiga Negrão de Lima
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Luiz Otávio Nunes West
Itamaury Teles de Oliveira
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Augusto Cesar Calazans Lopes
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Francisco Sales Dias Horta
Celso Ferreira
Flávio Decat de Moura
Elmar de Oliveira Santana
José Maria de Macedo
Heleni de Mello Fonseca

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretora de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3299-3930 - 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 31 3299-3933

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br , www.ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004 Reclassificado	2005	2004 Reclassificado
CIRCULANTE				
Disponibilidades	1.344.135	896.223	300.510	828.786
Consumidores e Revendedores	1.343.779	1.211.086	-	1.159.417
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	271.800	327.268	-	327.268
Concessionários – Transporte de Energia	303.157	27.876	-	27.876
Tributos Compensáveis	359.711	119.328	215.819	93.078
Despesas Antecipadas – CVA	539.321	492.533	-	492.533
Revendedores – Transações com Energia Livre	225.771	45.560	-	45.560
Créditos Tributários	107.078	148.905	42.839	148.538
Dividendos a Receber	-	-	1.316.980	7.360
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	69.031	-	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	321.445	-	-	-
Estoques	26.082	19.253	19	14.027
Outros	286.528	163.526	60.127	160.969
TOTAL DO CIRCULANTE	5.197.838	3.451.558	1.936.294	3.305.412
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	1.096.706	1.518.672	1.096.706
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	1.001.305	1.032.601	-	1.032.601
Despesas Antecipadas – CVA	46.549	88.108	-	88.108
Créditos Tributários	410.337	171.724	233.332	154.822
Revendedores – Transações com Energia Livre	96.029	588.281	-	588.281
Tributos Compensáveis	219.362	142.368	135	129.005
Depósitos Vinculados a Litígios	104.977	88.197	86.980	88.141
Consumidores e Revendedores	64.190	78.022	-	78.022
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	374.622	361.082	-	361.082
Reajuste Tarifário Diferido	853.994	437.759	-	437.759
Outros	14.337	49.482	11.845	56.218
Total do Realizável a Longo Prazo	4.704.374	4.134.330	1.850.964	4.110.745
Investimentos	977.023	916.194	6.154.930	1.689.294
Imobilizado	8.898.368	8.247.882	7.448	7.523.550
Diferido	61.982	63.650	-	499
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.641.747	13.362.056	8.013.342	13.324.088
ATIVO TOTAL	19.839.585	16.813.614	9.949.636	16.629.500

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004 Reclassificado	2005	2004 Reclassificado
CIRCULANTE				
Fornecedores	764.841	676.164	20.202	636.852
Encargos Regulatórios	209.770	98.889	-	98.805
Participações nos Lucros	76.959	63.472	5.208	63.431
Impostos, Taxas e Contribuições	666.697	496.906	38.080	467.675
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.064.251	652.331	2.064.251	652.328
Empréstimos e Financiamentos	458.833	898.190	8.713	874.478
Debêntures	526.098	519.101	-	519.101
Salários e Contribuições Sociais	174.459	173.859	9.130	172.463
Despesa Antecipada - CVA	208.195	29.025	-	29.025
Obrigações Pós-Emprego	161.003	199.738	10.160	199.738
Outras Obrigações	408.576	207.417	19.935	204.696
TOTAL DO CIRCULANTE	5.719.682	4.015.092	2.175.679	3.918.592
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	337.069	245.873	-	245.873
Despesa Antecipada - CVA	31.508	2.322	-	2.322
Empréstimos e Financiamentos	3.249.418	1.990.940	73.587	1.937.762
Debêntures	701.184	809.578	-	809.578
Impostos, Taxas e Contribuições	799.067	572.829	85.426	563.324
Provisões para Contingências	378.974	427.839	372.280	427.839
Obrigações Pós-Emprego	1.284.677	1.353.543	57.777	1.353.543
Outras Obrigações	133.652	123.321	32	119.282
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.915.549	5.526.245	589.102	5.459.523
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	19.499	20.892	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	1.503.972	1.570.502	1.503.972	1.570.502
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.184.855	7.251.385	7.184.855	7.251.385
PASSIVO TOTAL	19.839.585	16.813.614	9.949.636	16.629.500

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004 Reclassificado	2005	2004 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	9.156.031	8.602.365	-	8.523.991
Reajuste Tarifário Diferido	591.010	358.602	-	358.602
Receita de Uso da Rede	1.522.786	244.517	-	244.517
Outras Receitas Operacionais	432.786	542.534	2.558	70.712
	11.702.613	9.748.018	2.558	9.197.822
Deduções à Receita Operacional	(3.466.992)	(2.763.461)	(19)	(2.646.714)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.235.621	6.984.557	2.539	6.551.108
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.454.930)	(1.372.752)	-	(1.372.676)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(640.733)	(538.386)	-	(538.332)
Gás Comprado para Revenda	(155.948)	(259.795)	-	-
	(2.251.611)	(2.170.933)	-	(1.911.008)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	(988.120)	(698.732)	-	(697.920)
Entidade de Previdência Privada	(141.484)	(83.169)	-	(83.169)
Materiais	(88.724)	(66.256)	-	(66.129)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(852)	(17.561)	-	(17.561)
Serviços de Terceiros	(355.053)	(238.740)	-	(235.522)
Depreciação e Amortização	(551.906)	(524.313)	-	(514.146)
Provisões Operacionais	(70.608)	(80.432)	-	(80.432)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(145.132)	(108.023)	-	(106.595)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(415.907)	(292.147)	-	(292.147)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(210.588)	(20.419)	-	(19.981)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(296.131)	(237.863)	-	(237.863)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	(278.166)	(104.271)	-	(104.271)
Outras	(125.190)	(64.033)	-	(63.586)
	(3.667.861)	(2.535.959)	-	(2.519.322)
CUSTO TOTAL	(5.919.472)	(4.706.892)	-	(4.430.330)
LUCRO BRUTO	2.316.149	2.277.665	2.539	2.120.778
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(119.930)	(311.073)	-	(311.073)
Despesas Gerais e Administrativas	(208.217)	(169.969)	(111.216)	(169.916)
Outras Despesas Operacionais	(94.161)	(114.452)	-	(22.813)
	(422.308)	(595.494)	(111.216)	(503.802)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras Líquidas e Juros sobre o Capital Próprio	1.893.841	1.682.171	(108.677)	1.616.976
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.550.213	48.115
Receitas Financeiras Líquidas	631.808	228.990	532.481	222.635
Juros sobre Capital Próprio	(635.000)	(510.000)	(635.000)	(510.000)
	(3.192)	(281.010)	(102.519)	(287.365)
Lucro Operacional	1.890.649	1.401.161	1.339.017	1.377.726
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(52.415)	74.345	(16.990)	74.157
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.838.234	1.475.506	1.322.027	1.451.883
Imposto de Renda e Contribuição Social	(470.531)	(602.563)	46.372	(577.082)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	1.367.703	872.943	1.368.399	874.801
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	635.000	510.000	635.000	510.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	696	1.858	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.003.399	1.384.801	2.003.399	1.384.801
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			12,35	8,54

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	1.621.538	4.032.222	877.686	-	27.123	6.558.569
Reversão de Dividendos	-	-	415	-	-	415
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.384.801	-	1.384.801
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Juros sobre Capital Próprio (R\$3,15 por lote de mil ações)	-	-	-	(510.000)	-	(510.000)
Dividendos Complementares (R\$1,13 por lote de mil ações)	-	-	-	(182.400)	-	(182.400)
Retenção de Lucros	-	-	692.401	(692.401)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	1.621.538	4.032.222	1.570.502	-	27.123	7.251.385
Reversão de Dividendos	-	-	520	-	-	520
Dividendos Complementares – 2004 (R\$0,47 por lote de mil ações)	-	-	(76.500)	-	-	(76.500)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.003.399	-	2.003.399
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	100.170	(100.170)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$3,92 por lote de mil ações)	-	-	-	(635.000)	-	(635.000)
Dividendos Complementares (R\$2,85 por lote de mil ações)	-	-	-	(461.949)	-	(461.949)
Retenção de Lucros	-	-	806.280	(806.280)	-	-
Dividendos Extraordinários (R\$5,53 por lote de mil ações)	-	-	(897.000)	-	-	(897.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	1.621.538	4.032.222	1.503.972	-	27.123	7.184.855

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações				
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801	2.003.399	1.384.801
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante				
Depreciação e Amortização	594.598	583.652	545	536.796
Baixas Líquidas de Imobilizado	52.209	80.501	845	80.501
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.550.213)	(48.115)
Obrigações Pós-Emprego	153.471	106.909	7.552	106.909
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(979.068)	(881.404)	(307.993)	(885.720)
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	(358.602)	-	(358.602)
Imposto Federais Diferidos	230.700	261.854	(144.085)	261.854
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	(76.244)	(361.082)	-	(361.082)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	309.425	104.271	31.259	104.271
Provisão (Reversão) para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(223.016)	325.637	(223.016)	325.637
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	(49.586)	130.390	(55.559)	130.390
Outros	(2.397)	(33.831)	-	(31.775)
	<u>1.422.481</u>	<u>1.343.096</u>	<u>(237.266)</u>	<u>1.245.865</u>
De Terceiros e Acionistas				
Financiamentos Obtidos	1.556.110	1.229.544	73.587	1.229.544
Reversão de Dividendos	520	415	520	415
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	1.417.426	31.939
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	77.784	48.912	77.784	48.912
Obrigações Especiais	75.873	132.888	-	132.888
	<u>1.710.287</u>	<u>1.411.759</u>	<u>1.569.317</u>	<u>1.443.698</u>
Outras Origens				
Tributos e Contribuição Social transferidos do Passivo Circulante	-	-	74.284	-
Redução do Realizável a Longo Prazo	6.364	2.111	-	2.129
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante				
Despesas Antecipadas – CVA	249.660	519.171	-	519.171
Ativo Regulatório -PIS/COFINS	66.539	-	-	-
Créditos Tributários	101.655	97.441	54.322	97.441
Recomposição Tarifária Extraordinária	205.109	357.986	-	357.986
Reajuste Tarifário Diferido	374.864	-	-	-
Revendedores - Transações com energia livre	416.584	55.849	-	55.849
Outros	133.138	65.461	3	52.990
	<u>1.553.913</u>	<u>1.098.019</u>	<u>128.609</u>	<u>1.085.566</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>4.686.681</u>	<u>3.852.874</u>	<u>1.460.660</u>	<u>3.775.129</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Tributos Compensáveis	70.243	20.826	-	23.912
Despesas Antecipadas – CVA	114.958	210.142	-	210.142
Em Investimentos	68.825	140.517	58.576	291.133
No Imobilizado	1.360.283	1.043.457	222	875.123
No Diferido	2.296	250	-	-
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	2.070.449	692.400	2.070.449	692.400
Transferência Obrigações Líquidas de Curto Prazo para Controladas	-	-	(1.067.324)	-
Efeito Decorrente da Consolidação Proporcional da GASMIG	-	8.815	-	-
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	307.743	822.448	-	790.306
Tributos e Contribuição Social	348.097	138.673	-	138.673
Fornecedores - Suprimento	70.591	130.565	-	130.565
Obrigações Pós-Emprego	222.337	249.393	16.369	249.393
Outras	9.169	-	8.573	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>4.644.991</u>	<u>3.457.486</u>	<u>1.086.865</u>	<u>3.401.647</u>
REDUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>41.690</u>	<u>395.388</u>	<u>373.795</u>	<u>373.482</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	5.197.838	3.451.558	1.936.294	3.305.412
Passivo Circulante	(5.719.682)	(4.015.092)	(2.175.679)	(3.918.592)
	(521.844)	(563.534)	(239.385)	(613.180)
No início do exercício-	(563.534)	(958.922)	(613.180)	(986.662)
REDUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>41.690</u>	<u>395.388</u>	<u>373.795</u>	<u>373.482</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG” ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como Holding a partir de 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2005:

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Geração e transmissão de energia elétrica, através de 45 usinas, sendo 42 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- ☐ Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- ☐ Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- ☐ Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- ☐ Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. A CEMIG alienou 40% de sua participação na GASMIG em 2004;
- ☐ Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 99,94%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais.
- ☐ Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- ☐ Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- ☐ Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- ☐ Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- ☐ Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- ☐ Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2005:

- ☐ Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. (controladas - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente;
- ☐ Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- ☐ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ☐ Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- ☐ Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV
- ☐ Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile.

2) – DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição, geração e transmissão de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Em função desta determinação, a CEMIG desenvolveu estudos que resultaram na implementação da desverticalização das suas operações, adequando-se a exigência constante da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro.

A CEMIG constituiu as subsidiárias integrais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionados às atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as subsidiárias integrais constituídas.

A transferência dos demais direitos e obrigações foi efetuada através de adiantamento para futuro aumento de capital em 1º de janeiro de 2005. A integralização ao capital foi aprovada pela Assembléia de Acionistas em 29 de julho de 2005.

A homologação definitiva pela ANEEL da transferência das concessões de geração está em processo de aprovação, sendo que para as concessões de transmissão e distribuição já foi aprovada.

Segue tabela com a segregação dos ativos e passivos da CEMIG nas novas subsidiárias constituídas, em 1º de janeiro de 2005:

	Cemig Controladora	Cemig Geração e Transmissão	Cemig Distribuição
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponibilidades	795.985	15.500	17.301
Consumidores e Revendedores	-	32.353	1.127.064
Concessionários – Transporte de Energia	-	27.876	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	-	-	327.268
Revendedores – Transações com energia livre	-	45.560	-
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	463.508
Tributos Compensáveis	72.006	11.431	9.641
Créditos Tributários	148.538	-	-
Estoques	-	2.126	11.901
Outros Créditos	81.638	25.511	61.180
TOTAL DO CIRCULANTE	1.098.167	160.357	2.017.863
NÃO CIRCULANTE			
Realizável A Longo Prazo			
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	85.786
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	-	-	361.082
Tributos Compensáveis	-	26.679	102.326
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	-	-	1.032.601
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	437.759
Revendedores – Transações com energia livre	-	588.281	-
Consumidores e Revendedores	-	-	78.022
Créditos Tributários	128.827	15.374	10.621
Depósitos Vinculados a Litígios	88.141	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	-	-
Outros Créditos	5.846	9.497	40.875
Total do Realizável a Longo Prazo	1.319.520	639.831	2.149.072
Investimentos			
Participação na Cemig Distribuição	2.261.998	-	-
Participação na Cemig Geração e Transmissão	2.896.785	-	-
Outros Investimentos	804.864	884.011	419
Imobilizado	8.616	4.772.099	4.557.550
Obrigações Especiais	-	(1.680)	(1.813.035)
Diferido	-	-	499
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.291.783	6.294.261	4.894.505
ATIVO TOTAL	8.389.950	6.454.618	6.912.368
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8.928	230.116	397.808
Impostos, Taxas e Contribuições	334.682	(41.044)	174.037
Encargos Regulatórios	17.570	46.888	34.347
Participações nos Lucros	63.431	-	-
Salários e Contribuições Sociais	52.457	30.594	89.412
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.309	315.101	325.918
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	63.023	840.069	490.487
Obrigações Pós-Emprego	9.827	45.201	144.710
Outras Obrigações	82.876	19.719	102.101
TOTAL DO CIRCULANTE	644.103	1.486.644	1.758.820
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	-	211.416	351.908
Fornecedores	-	-	245.873
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	1.514.210	1.233.130
Obrigações Pós-Emprego	66.594	306.307	980.642
Provisões para Contingências	427.839	-	-
Outras Obrigações	29	39.256	79.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	494.462	2.071.189	2.891.550
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.251.385	2.896.785	2.261.998
PASSIVO TOTAL	8.389.950	6.454.618	6.912.368

3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia decidiu adotar de forma antecipada, em 31 de dezembro de 2005, os novos procedimentos de divulgação constantes da Deliberação CVM nº 488 de 03 de outubro de 2005.

Adicionalmente, a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com as da CEMIG.

3.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 17. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores.

Estoque - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Não Circulante, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição S.A. e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Em atendimento a Deliberação CVM nº 371/00, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da CEMIG se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Reclassificação de saldos contábeis - Para melhor comparabilidade e análise da demonstração dos resultados, a Companhia reclassificou determinadas transações de 2004, como segue:

<u>Conta original</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Despesas Antecipadas - CVA	29.025	Despesas Antecipadas - CVA	29.025
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Despesas Antecipadas - CVA	2.322	Despesas Antecipadas - CVA	2.322
	<u>31.347</u>		<u>31.347</u>
Deduções da Receita		Custos e Despesas Operacionais	
PASEP	(29.814)	Energia Comprada	107.047
COFINS	(126.485)	Encargos de Uso	47.502
	<u>(156.299)</u>	Matéria-Prima e Insumos	1.750
			<u>156.299</u>

4) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As empresas cujo controle é exercido em conjunto com outros acionistas foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras da investida.

A GASMIG, a partir de 2004, passou também a ser consolidada proporcionalmente, em função da alienação, pela CEMIG, de 40,00% da sua participação no capital, tendo ocorrido a assinatura de acordo de acionistas que implicou no controle em conjunto com o sócio minoritário.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

5) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

			Informações não auditadas	
	Localização	Capacidade Instalada (KW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação (3)	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte (3)	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana - RJ	55,000	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Outras (3)	Diversas	113,629	Diversas	Diversas
		5.925,950		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	12,900	01/2002	04/2023
		184,340		
TOTAL GERAÇÃO		6.111,290		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas -				
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Capim Branco I (1)	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II (1)	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
		454,736		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	14.793 MVA	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3	Minas Gerais	600 MVA	10/2000	10/2030
Transleste (LT Irapé–Montes Claros)	Minas Gerais	50 MVAR	02/2004	02/2034
Transudeste	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Centroeste de Minas	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Transirapé	Minas Gerais	450 MVA	03/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO				
Estado de Minas Gerais				
Norte	-	-	04/1997	02/2016
Sul	-	-	04/1997	02/2016
Leste	-	-	04/1997	02/2016
Oeste	-	-	04/1997	02/2016

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 17.
- (2) Informação não disponível.
- (3) A CEMIG requereu junto à ANEEL, em setembro de 2004, a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCH Santa Luzia, PCH Luiz Dias e PCH Xicão. A ANEEL e o Ministério das Minas e Energia ainda não se pronunciaram.

A Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e, portanto, não são esperadas perdas em função da não renovação das atuais concessões.

6) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Contas Bancárias	64.142	48.161	3.452	43.483
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário	1.279.993	673.247	297.058	651.596
Fundos de Investimento	-	2.916	-	-
Operações Compromissadas	-	171.899	-	133.707
	<u>1.279.993</u>	<u>848.062</u>	<u>297.058</u>	<u>785.303</u>
	<u>1.344.135</u>	<u>896.223</u>	<u>300.510</u>	<u>828.786</u>

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas tem sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI (“Certificado de Depósito Interfinanceiro”).

As aplicações com operações compromissadas referem-se a repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG, com remuneração baseada no CDI, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

7) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado								
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	355.634	284.329	45.894	156.699	108.004	42.619	509.532	483.647
Industrial	211.472	244.638	29.729	44.285	250.262	140.756	491.463	429.679
Comércio, Serviços e Outras	171.912	121.728	23.553	66.106	94.207	35.611	289.672	223.445
Rural	48.674	35.002	7.042	19.591	17.366	9.279	73.082	63.872
Poder Público	34.626	18.503	2.997	22.693	18.114	23.502	55.737	64.698
Iluminação Pública	64.755	42.769	3.566	22.640	9.138	5.987	77.459	71.396
Serviço Público	38.750	28.218	551	3.487	4.571	2.033	43.872	33.738
Subtotal – Consumidores	925.823	775.187	113.332	335.501	501.662	259.787	1.540.817	1.370.475
Suprimento a Outras								
Concessionárias	17.827	5.525	-	-	-	-	17.827	5.525
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(214.865)	(164.914)	(214.865)	(164.914)
	943.650	780.712	113.332	335.501	286.797	94.873	1.343.779	1.211.086

Controladora								
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	-	280.740	-	155.405	32.131	42.619	32.131	478.764
Industrial	-	214.806	-	44.285	42.372	140.122	42.372	399.213
Comércio, Serviços e Outras	-	105.320	-	64.061	20.024	35.611	20.024	204.992
Rural	-	35.002	-	19.591	4.402	9.279	4.402	63.872
Poder Público	-	18.503	-	22.693	13.352	23.502	13.352	64.698
Iluminação Pública	-	42.769	-	22.640	2.389	5.987	2.389	71.396
Serviço Público	-	28.218	-	3.487	1.487	2.033	1.487	33.738
Subtotal – Consumidores	-	725.358	-	332.162	116.157	259.153	116.157	1.316.673
Suprimento a Outras								
Concessionárias	-	3.685	-	-	-	-	-	3.685
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(116.157)	(160.941)	(116.157)	(160.941)
	-	729.043	-	332.162	-	98.212	-	1.159.417

Os créditos a receber registrados na Controladora são remanescentes de saldos existentes em 31 de dezembro de 2004 que estavam integralmente provisionados e não foram transferidos para as subsidiárias na desverticalização.

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo Consolidado valores a receber, no montante de R\$64.190, referentes a:

- ❑ Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$44.239 (R\$51.932 em 31 de dezembro de 2004). A CEMIG renegociou com a COPASA o pagamento do débito em 96 parcelas mensais e consecutivas, de outubro de 2004 a setembro de 2012. As parcelas são atualizadas pela variação do IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% a.m..
- ❑ Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, no montante de R\$19.951 (R\$26.090 em 31 de dezembro de 2004), advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, com término em março de 2010 e atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da CEMIG.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Residencial	80.941	50.205	33.454	48.911
Industrial	64.621	56.583	47.767	55.949
Comércio, Serviços e Outras	47.567	29.425	23.707	27.380
Rural	9.192	5.886	5.458	5.886
Poder Público	3.741	18.388	1.883	18.388
Iluminação Pública	5.863	2.954	2.676	2.954
Serviço Público	2.940	1.473	1.212	1.473
	214.865	164.914	116.157	160.941

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2005 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2004	164.914	160.941
Constituição (reversão) de provisão	54.859	(44.784)
Baixa de contas a receber	(4.908)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	214.865	116.157

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

8) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ativos				
Recomposição tarifária extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 9	1.273.105	1.359.969	-	1.359.969
Revendedores – Transações com energia livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 10	321.800	633.841	-	633.841
Reajuste tarifário diferido – Nota nº 14	1.175.439	437.759	-	437.759
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 16	443.653	361.082	-	361.082
Despesas antecipadas – CVA – Nota nº 11	585.870	580.641	-	580.641
	<u>3.799.867</u>	<u>3.373.292</u>	<u>-</u>	<u>3.373.292</u>
Passivos				
Fornecedores – repasse aos geradores pela compra de energia livre – Nota nº 9	(362.000)	(364.118)	-	(364.118)
Fornecedores – CCEE/MAE – energia livre – Nota nº 10	(118.527)	(148.791)	-	(148.791)
Valores a serem restituídos na tarifa – CVA – Nota nº 11	(239.703)	(31.347)	-	(31.347)
	<u>(720.230)</u>	<u>(544.256)</u>	<u>-</u>	<u>(544.256)</u>
Impostos federais diferidos – Nota nº 20	(1.108.513)	(665.618)	(85.426)	(665.618)
	<u>(1.828.743)</u>	<u>(1.209.874)</u>	<u>(85.426)</u>	<u>(1.209.874)</u>
Total	<u>1.971.124</u>	<u>2.163.418</u>	<u>(85.426)</u>	<u>2.163.418</u>

9) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- ☐ Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- ☐ Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ☐ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- ☐ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Cemig Distribuição S.A. é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Até o exercício de 2004, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a CEMIG, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a CEMIG e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes a energia livre.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$180.805 em 31 de dezembro de 2005 (R\$224.494 em 31 de dezembro de 2004), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$277.000 a provisão para perdas da CEMIG na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2005 (R\$163.456 em 31 de dezembro de 2004), o que implicou na constituição de uma provisão complementar no exercício de 2005 no valor de R\$113.544.

A ANEEL realizará em 30 de março de 2006 a audiência pública nº 044/05 com o objetivo de obter contribuições da sociedade visando à regulamentação dos procedimentos de cobrança de RTE dos consumidores atualmente livres e que eram cativos durante a vigência do Programa de Racionamento. Esta mudança de critério representaria um maior recebimento de RTE pela CEMIG. Desta forma, a Companhia revisará a provisão atualmente constituída após a regulamentação pela ANEEL desse novo procedimento de cobrança e o conseqüente início do recebimento dos valores nas contas de energia.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Controladora		
	2005		
	Principal	Atualização pela SELIC	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	163.456	31.259	194.715
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(163.456)	(31.259)	(194.715)
Total da RTE	-	-	-

	Consolidado			Consolidado e Controladora
	2005			2004
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	544.124	1.420.971	1.303.914
Valores arrecadados	(458.128)	(329.353)	(787.481)	(611.420)
	418.719	214.771	633.490	692.494
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	208.596	651.313	555.730
Valores arrecadados	(193.440)	(91.143)	(284.583)	(186.794)
	249.277	117.453	366.730	368.936
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(211.326)	(65.674)	(277.000)	(163.456)
Total da RTE	456.670	266.550	723.220	897.974
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	304.586	549.885	461.895
Total da RTE e da Parcela "A"	701.969	571.136	1.273.105	1.359.869
Ativo Circulante			271.800	327.268
Realizável a Longo Prazo			1.001.305	1.032.601

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado			Consolidado e Controladora
	2005			2004
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	200.078	619.307	527.181
(-) Repasses realizados	(174.179)	(83.128)	(257.307)	(163.063)
	245.050	116.950	362.000	364.118
Passivo Circulante			97.877	118.245
Passivo Não Circulante			264.123	245.873

(1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.

(2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 001 e 045 de 2004.

(3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 482 de 2002 e 001 de 2004.

10) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da CCEE/MAE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2005	2004
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	517.681	633.841
Provisão para perdas na realização	(195.881)	-
	<u>321.800</u>	<u>633.841</u>
Circulante	225.771	45.560
Realizável a Longo Prazo	<u>96.029</u>	<u>588.281</u>
PASSIVO		
Fornecedores – Compra de Energia Livre na CCEE/MAE	118.527	148.791
Circulante	49.561	148.791
Não Circulante	<u>68.966</u>	<u>-</u>

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, desde março de 2003.

Algumas distribuidoras não estavam repassando os valores da RTE arrecadada para a Companhia por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações na CCEE/MAE, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse à CEMIG.

Desta forma, a Administração decidiu, em 2005, pela retirada das ações judiciais e acordar com os demais agentes da CCEE/MAE o pagamento das obrigações, com base no critério original definido pela ANEEL. Os valores referentes a esta obrigação já estavam substancialmente provisionados nas demonstrações financeiras.

Os principais termos e consequências do acordo mencionado foram os seguintes:

- ☐ Os valores provisionados referentes a obrigação adicional junto a CCEE/MAE, no montante de R\$142.560, foram atualizados pelo IGP-M a partir de julho de 2003;
- ☐ A CEMIG iniciou, no 3º trimestre de 2005, a liquidação dos débitos mencionados no parágrafo anterior, no prazo de até 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano;
- ☐ As distribuidoras foram autorizadas a repassar à CEMIG parte dos valores retidos, sendo recebidos R\$152 milhões em 2005.

Os direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

Até 30 de junho de 2005, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a CEMIG, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a CEMIG e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes a energia livre.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A CEMIG recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que tem um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para repassar os valores a Companhia.

A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Com base no estudo, foi estimada em R\$195.881 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2005.

A ANEEL realizará em 30 de março de 2006 a audiência pública nº 044/05 com o objetivo de obter contribuições da sociedade visando à regulamentação dos procedimentos de cobrança de RTE dos consumidores atualmente livres e que eram cativos durante a vigência do Programa de Racionamento. Esta mudança de critério representaria um maior recebimento de RTE pela CEMIG. Desta forma, a Companhia revisará a provisão atualmente constituída após a regulamentação pela ANEEL desse novo procedimento de cobrança e o conseqüente início do recebimento dos valores nas contas de energia.

11) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

A Resolução Normativa ANEEL nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu novos critérios para cálculo das variações da CVA referente à compra de energia. A Resolução mencionada determinou que a partir de sua vigência, retroativa a 29 de novembro de 2004, não seja mais calculada, de forma distinta, as variações referente a compra de energia de Itaipu. Desta forma, são apuradas, a partir da data da vigência da Resolução, as variações da CVA referente a compra total de energia da Companhia (Itaipu, contratos iniciais, leilão de energia e outras origens).

A movimentação do saldo está demonstrada abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2004	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 31.12.2005
Energia Comprada para Revenda	178.189	68.471	(119.128)	30.074	157.606
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(31.347)	(7.882)	(785)	(346)	(40.360)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	143.290	17.436	(91.124)	19.589	89.191
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	12.111	6.338	(8.046)	1.934	12.337
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	169.507	6.964	(100.520)	20.686	96.637
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	44.113	1.384	(34.174)	5.651	16.974
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.431	(244)	(28.265)	5.097	10.019
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	3.726	-	37	3.763
	549.294	96.193	(382.042)	82.722	346.167

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo Circulante	539.321	492.533
Ativo Realizável Longo Prazo	46.549	88.108
Passivo Circulante	(208.195)	(29.025)
Passivo Não Circulante	<u>(31.508)</u>	<u>(2.322)</u>

- (1) Referem-se as variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos na receita, desta forma, foram excluídos do resultado.
- (2) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões na receita da CEMIG.
- (3) Referem-se a atualização pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

Do saldo em 31 de dezembro de 2005, R\$90.101 referem-se a valores de CVA apurados a partir de 10 de março de 2005 e que serão repassados para a tarifa no reajuste de 8 de abril de 2006.

12) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Circulante				
ICMS a Recuperar	8.030	29.475	3.506	24.493
Imposto de Renda	296.569	79.121	191.777	63.956
Contribuição Social	40.983	6.540	15.646	2.078
Outros	<u>14.129</u>	<u>4.192</u>	<u>4.890</u>	<u>2.551</u>
	<u>359.711</u>	<u>119.328</u>	<u>215.819</u>	<u>93.078</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	<u>219.362</u>	<u>142.368</u>	<u>135</u>	<u>129.005</u>
	<u>579.073</u>	<u>261.696</u>	<u>215.954</u>	<u>222.083</u>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores e atual, que poderão ser compensados nos anos subseqüentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

13) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	61.846	15.785	48.036	-
Provisão para Contingências	116.087	104.739	114.612	104.739
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição				
Tarifária Extraordinária e energia livre	160.780	55.575	66.203	55.575
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	-	8.211	-	8.211
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	80.685	55.345	39.493	53.994
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	72.198	51.710	6.536	51.710
Outros	25.819	29.264	1.291	29.131
	517.415	320.629	276.171	303.360
Ativo Circulante	107.078	148.905	42.839	148.538
Realizável a Longo Prazo	410.337	171.724	233.332	154.822

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2006, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 08 de março de 2006.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2005, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2006	107.078	42.839
2007	82.515	39.628
2008	150.763	39.369
2009	125.741	109.458
2010	37.580	31.139
2011	9.075	9.075
2012	4.663	4.663
	517.415	276.171

A CEMIG possui, em 31 de dezembro de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$3.720 (R\$8.824 em 31 de dezembro de 2004). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 31 de dezembro de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$22.000 (R\$24.001 em 31 de dezembro de 2004), em conformidade com estudos de recuperação com base em projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.838.234	1.475.506	1.322.027	1.451.883
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(625.000)	(501.672)	(449.489)	(493.640)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão (Reversão) para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	75.826	(110.716)	75.826	(110.716)
Provisão (Reversão) referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	51.125	(8.650)	51.125	(8.650)
Reversão referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Exigibilidade Suspensa)	7.266	-	7.266	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	354.420	10.237
Contribuições e Doações Indedutíveis	(6.178)	(5.815)	(218)	(5.815)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	9.994	(3.181)	13.580	(3.181)
Outros	16.436	27.471	(6.138)	34.683
Imposto de Renda e Contribuição Social–Receita (Despesa)Efetiva	(470.531)	(602.563)	46.372	(577.082)

14) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo para a CEMIG deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2005	2004
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	869.175	358.602
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	206.795	40.280
Atualização Monetária – IGP-M	99.469	38.877
	1.175.439	437.759
Ativo Circulante	321.445	-
Realizável a Longo Prazo	853.994	437.759

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro é de R\$508.377.

15) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o 1º aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais termos e saldos dos aditivos eram como segue:

	2º aditivo do Contrato da CRC	3º aditivo do Contrato da CRC
Período de amortização	01/2003 a 05/2015	01/2003 a 05/2015
Atualização Monetária – indexador	IGP-DI	IGP-DI
Taxa de Juros	6,00%	12,00%
Parcelas em atraso em 31/12/2004	01/2003 a 12/2004	06/2003 a 12/2004
Garantia do Contrato	-	Retenção de até 100,00% dos dividendos
Valores a vencer	1.409.425	836.007
Valores vencidos até 31/12/2004	435.468	260.699
Total	1.844.893	1.096.706
Provisão para Perdas	(1.844.893)	-
Valor Líquido Registrado em 31/12/2004	-	1.096.706

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurassem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

No Terceiro aditivo contratual, entretanto, existia a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais. Esta garantia permaneceria em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicavam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais seriam, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor, razão pela qual não foi constituída provisão para perdas.

Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos, demonstrada na tabela anterior, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas iniciada em 30 de dezembro de 2005, reiniciada em 5 de janeiro de 2006 e finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do 2º e 3º aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

O saldo do Quarto aditivo tem atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de 06/2005 a 06/2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Excepcionalmente em 2006, R\$30.000 dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

A assinatura do quarto aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas conforme destacamos as principais abaixo:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00%
Investimentos de capital e aquisição de ativos (1)	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
(1) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

Provisão para perdas

Para definição do valor do Quarto Aditivo a ser registrado contabilmente, a Companhia elaborou uma projeção de resultados que não contemplou as novas aquisições de ativos previstas no Plano Diretor, e calculou o fluxo de caixa descontado dos 65,00% de dividendos a serem retidos até o vencimento da última parcela em 2035, utilizando uma taxa livre de desconto de 10,00% ao ano.

Com base nesta avaliação, a Companhia estimou que seria necessária uma provisão para perdas no valor de R\$1.621.877 em 31 de dezembro de 2005, após a atualização do saldo integral com base nas condições do quarto aditivo. Considerando a provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2004 no valor de R\$1.844.893, ocorreu uma reversão de provisão, no exercício de 2005, no valor de R\$223.016.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar a necessidade de se ajustar à provisão para perdas com esse ativo.

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC em 2005 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2004	1.096.706
Juros e Variação Monetária	276.734
Amortização do saldo devedor	(77.784)
Reversão da provisão para perdas	223.016
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.518.672
Valor de face do Quarto Aditivo em 31 de dezembro de 2005	3.140.549
Provisão para Perdas	(1.621.877)
Valor líquido registrado em 31 de dezembro de 2005	1.518.672

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2005, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$244.427 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$30.000 referem-se a parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé, e R\$214.427 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor de cessão dos créditos foi estabelecido pelo administrador do Fundo, no valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900 milhões de quotas seniores e R\$759 milhões de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras pelo valor de R\$900 milhões, e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI + 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG, pelo valor de R\$759 milhões, e correspondem a diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC.

A CEMIG Holding procederá ao registro contábil dessa operação no mês de janeiro de 2006. A diferença entre a avaliação do saldo do Fundo pelo administrador (R\$1.659.125) e a avaliação da CEMIG (R\$1.539.961) será registrada pela Companhia como uma provisão para perdas.

A atualização das quotas subordinadas corresponderá a diferença entre a valorização do FIDC pela projeção dos dividendos a serem retidos até 2035, descontados a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A CEMIG revisará anualmente as suas projeções de resultado de forma a mensurar a necessidade de constituição adicional ou reversão da provisão.

16) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. Os critérios para ressarcimento dos valores restantes serão ainda definidos pela ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão reconheceu, no terceiro trimestre de 2005, uma complementação ao ativo regulatório no valor de R\$24.860 em 31 de dezembro de 2005, referente ao aumento nas despesas com PIS-PASEP/COFINS na atividade de transmissão de energia elétrica. A ANEEL está reembolsando a Companhia através do reajuste nas tarifas de receita de uso da rede ocorrido em julho de 2005.

17) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão		-	2.920.207	-
Cemig Distribuição		-	2.311.504	-
Infovias	-	-	272.583	253.779
Rosal Energia	-	-	117.499	98.419
Sá Carvalho	-	-	113.446	106.685
GASMIG	-	-	93.764	68.657
Horizontes Energia	-	-	71.614	65.236
Usina Térmica Ipatinga	-	-	72.061	66.538
Cemig PCH	-	-	49.381	49.148
Cemig Capim Branco Energia	-	-	31.050	24.177
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	12.552	8.262
UTE Barreiro	-	-	11.918	9.276
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	6.041	72
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	5.514	11
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	-
Transchile	-	-	4.186	-
Efficientia	-	-	3.032	2.795
Usina Termelétrica de Cogeração	-	-	2.801	2.658
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	2.671	26
Cemig Trading	-	-	160	40
		-	6.107.457	755.779
Em Consórcios	967.055	906.899	-	882.720
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	8.391	9.510
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	35.547	35.828
Em Outros Investimentos	9.967	9.295	3.535	5.457
	<u>977.022</u>	<u>916.194</u>	<u>47.473</u>	<u>933.515</u>
	<u>977.022</u>	<u>916.194</u>	<u>6.154.930</u>	<u>1.689.294</u>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2005			Janeiro a dezembro de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.920.207	445.029	468.451
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.311.504	940.623	990.129
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	222.763	-	(966)
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	117.499	-	18.888
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	113.446	16.135	22.896
GASMIG	186.030.754	55,19	76.660	169.884	7.769	51.660
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	71.614	-	6.378
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	72.061	1.756	7.277
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.381	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	31.050	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	40.000	12.552	-	160
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	25.171	25.171	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	5.514	659	5.503
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	4.186	4.186	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.032	-	191
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	2.801	5.455	2.794
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	5.238	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	160	-	-

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2004			Janeiro a Dezembro de 2004	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	225.205	-	(18.707)
Rosal Energia S.A.	86.944.467	100,00	86.944	98.419	-	247
Sá Carvalho S.A.	860.000.000	100,00	86.833	106.685	19.543	23.368
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	124.396	9.300	38.338
Horizontes Energia S.A.	64.257.563	100,00	64.257	65.236	1.211	1.323
Usina Térmica Ipatinga S.A.	64.174.281	100,00	64.174	66.538	6.052	4.407
Cemig PCH S.A.	1.000	100,00	1	49.148	-	-
Cemig Capim Branco Energia S.A.	1.000	100,00	1	24.177	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	33.051	33.051	-	-
UTE Barreiro S.A.	1.000	100,00	1	9.276	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	301	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	1.000	48,50	1	11	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	1	1	-	-
Efficientia S.A.	3.742.249	100,00	3.742	2.795	-	(1.409)
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	1.000	48,50	1	5.461	-	5.455
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	50	50	-	-
Cemig Trading S.A.	10.000	100,00	10	40	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2004	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2005
Cemig Geração e Transmissão	-	468.451	2.896.785	(445.029)	-	2.920.207
Cemig Distribuição	-	990.129	2.261.998	(940.623)	-	2.311.504
Infovias	253.779	(966)	21.245	-	(1.475)	272.583
Rosal Energia	98.419	18.888	-	-	192	117.499
Sá Carvalho	106.685	22.896	-	(16.135)	-	113.446
GASMIG	68.657	28.512	4.364	(7.769)	-	93.764
Horizontes Energia	65.236	6.378	-	-	-	71.614
Usina Térmica Ipatinga	66.538	7.277	-	(1.756)	2	72.061
Cemig PCH	49.148	-	233	-	-	49.381
Cemig Capim Branco Energia	24.177	-	6.873	-	-	31.050
Companhia Transleste de Transmissão	8.262	160	4.130	-	-	12.552
UTE Barreiro	9.276	-	2.642	-	-	11.918
Companhia Transudeste de Transmissão	72	-	5.969	-	-	6.041
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	11	5.503	427	(659)	232	5.514
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	-	-	5.473
Transchile	-	-	4.186	-	-	4.186
Efficientia	2.795	191	-	-	46	3.032
Central Termelétrica de Cogeração	2.658	2.794	2.804	(5.455)	-	2.801
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	26	-	2.645	-	-	2.671
Cemig Trading	40	-	120	-	-	160
	755.779	1.550.213	5.219.894	(1.417.426)	(1.003)	6.107.457

Os saldos integrais das controladas em 2005 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	<u>Gasmig</u>	<u>Transleste</u>	<u>Transirapé</u>	<u>Centrooeste</u>	<u>Transudeste</u>	<u>Transchile</u>
Ativo						
Circulante	267.256	7.678	2.796	2.986	7.618	3.964
Não Circulante	134.490	116.886	21.349	2.253	17.689	393
Total do ativo	<u>401.746</u>	<u>124.564</u>	<u>24.145</u>	<u>5.239</u>	<u>25.307</u>	<u>4.357</u>
Passivo						
Circulante	227.583	10.279	1.805	1	136	137
Não Circulante	4.279	73.644	-	-	-	-
Patrimônio líquido	169.884	40.641	22.340	5.238	25.171	4.220
Total do passivo	<u>401.746</u>	<u>124.564</u>	<u>24.145</u>	<u>5.239</u>	<u>25.307</u>	<u>4.357</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	480.305	712	-	-	-	-
Deduções da receita bruta	(102.340)	(26)	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	377.965	686	-	-	-	-
Custo das vendas	(282.552)	(25)	-	-	-	-
Lucro bruto	95.413	661	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(31.758)	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	(4.532)	-	-	-	-	-
Lucro operacional	59.123	661	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19.463)	(20)	-	-	-	-
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	39.660	641	-	-	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	12.000	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>51.660</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$49.957 (R\$28.713 em 31 de dezembro de 2004), classificados no saldo de investimentos.

O ágio de R\$9.510 na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado. Desta forma, o ágio será amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

A Infovias iniciou suas operações em janeiro de 2001. O negócio telecomunicações irá requerer investimentos adicionais para ser considerado completo e competitivo. Avaliações periódicas da Infovias são realizadas com o objetivo de determinar a sua capacidade de operar seus negócios em bases individuais e lucrativas, assim como de determinar a eventual necessidade de provisão para perdas neste investimento. Atualmente as projeções disponíveis não revelam a necessidade de provisão para perdas.

As principais informações sobre a Infovias são referentes:

- ❑ a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da obtenção de resultados tributáveis futuros e da continuidade do seu plano de investimentos e do sucesso do plano de negócios da Sociedade e de sua controlada;
- ❑ a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento das operações da Sociedade e de sua controlada, bem como para assegurar a recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver estes valores.

Em 22 de dezembro de 2005, a CEMIG, em conjunto com a Infovias, divulgou o interesse em alienar a totalidade da sua participação acionária na Way TV. O processo de alienação tem sua conclusão prevista para o segundo trimestre de 2006.

c) Alienação de 40% do Capital Social da GASMIG – Acordo de cooperação e associação com a Petrobrás

Em 15 de dezembro de 2004, a CEMIG alienou parte de suas ações da GASMIG, representativas de 40,00% do capital social, sendo 39,5% para a TSS Participações S.A., subsidiária da Petrobrás Gás S.A. – (“Gaspetro”), e 0,5% para a Gaspetro, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás (“Petrobrás”), no valor total de R\$153.857 sendo apurado pela CEMIG um ganho na alienação das ações no montante de R\$101.848, registrado no resultado do exercício de 2004 como uma receita não operacional. O valor da alienação foi apurado com base no fluxo de caixa descontado da GASMIG.

d) Investimentos na Rosal Energia S.A.

Em 23 de dezembro de 2004, a CEMIG adquiriu as ações correspondentes a 100,00% do capital da Rosal Energia S.A. pelo valor de R\$134.000. Essa empresa possui os direitos de exploração do aproveitamento hidrelétrico, bem como o sistema de transmissão associado, da Usina Hidrelétrica Rosal, com potência instalada de 55 MW.

O valor de aquisição foi definido através de um laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Rosal Energia S.A. até o ano de 2032, data do término da concessão.

Foi apurado um ágio de R\$39.496 em função da expectativa de lucratividade futura durante o período da concessão. O ágio será amortizado de forma linear em 10 anos, a partir de janeiro de 2005. Na consolidação, o valor do ágio foi transferido para o diferido.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2005	Consolidado 2004
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Depreciação acumulada			(32.174)	(20.893)
Total em operação			427.460	438.741
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50%		232	331
Usina de Funil	49,00%		8.411	2.057
Usina de Aimorés	49,00%		499.920	441.591
Usinas Capim Branco I e II em construção	21,05%		31.032	24.179
Total em construção			539.595	468.158
Total Consórcios			967.055	906.899

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63

18) – IMOBILIZADO

	Consolidado			2004
	2005	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Em Serviço	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	15.253.116	(6.857.885)	8.395.231	8.582.551
- Distribuição	7.437.495	(3.395.907)	4.041.588	4.064.141
Intangíveis	7.655	(430)	7.225	13.631
Terrenos	15.744	-	15.744	16.477
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	222.140	(100.112)	122.028	144.617
Máquinas e Equipamentos	7.139.220	(3.259.441)	3.879.779	3.877.574
Veículos	42.151	(25.666)	16.485	9.169
Móveis e Utensílios	10.585	(10.258)	327	2.673
- Geração	5.798.813	(2.542.910)	3.255.903	3.420.685
Intangíveis	85.068	(30.895)	54.173	61.159
Terrenos	138.378	-	138.378	138.381
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.019.083	(1.161.071)	1.858.012	1.920.286
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	699.709	(306.523)	393.186	414.102
Máquinas e Equipamentos	1.851.289	(1.039.512)	811.777	885.681
Veículos	2.450	(2.197)	253	523
Móveis e Utensílios	2.836	(2.712)	124	553
- Transmissão	1.208.365	(551.714)	656.651	691.826
Intangíveis	7.130	(1.086)	6.044	6.544
Terrenos	2.920	-	2.920	3.344
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	97.392	(45.907)	51.485	56.734
Máquinas e Equipamentos	1.100.317	(504.230)	596.087	624.411
Veículos	45	(43)	2	512
Móveis e Utensílios	561	(448)	113	281
- Administração	374.189	(238.063)	136.126	95.594
Intangíveis	82.229	(42.369)	39.860	33.176
Terrenos	1.766	-	1.766	490
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	53.627	(28.171)	25.456	6.629
Máquinas e Equipamentos	180.391	(117.238)	63.153	52.459
Veículos	33.348	(28.372)	4.976	1.238
Móveis e Utensílios	22.828	(21.913)	915	1.602
- Telecomunicações	381.165	(114.843)	266.322	271.250
Intangíveis	38.582	(13.296)	25.286	28.627
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	158	(4)	154	144
Máquinas e Equipamentos	341.630	(101.247)	240.383	241.996
Móveis e Utensílios	725	(296)	429	413
- Gás	53.089	(14.448)	38.641	39.055
Intangíveis	210	-	210	201
Terrenos	36	-	36	20
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.666	(378)	1.288	1.389
Máquinas e Equipamentos	50.851	(13.993)	36.858	37.195
Móveis e Utensílios	326	(77)	249	250
Em Curso	2.393.725	-	2.393.725	1.480.046
- Distribuição	859.881	-	859.881	370.131
- Geração	1.314.977	-	1.314.977	980.356
- Transmissão	82.482	-	82.482	50.165
- Administração	99.934	-	99.934	51.456
- Telecomunicações	3.951	-	3.951	10.240
- Gás	32.500	-	32.500	17.698
Total do Imobilizado	17.646.841	(6.857.885)	10.788.956	10.062.597
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(1.890.588)	(1.814.715)
Imobilizado Líquido			8.898.368	8.247.882

Controladora				
2005				2004
	Custo Histórico	Depreciação		Valor Líquido
		Acumulada	Valor Líquido	
Em Serviço	5.654	(3.682)	1.972	7.979.928
- Distribuição	-	-	-	4.064.141
Intangíveis	-	-	-	13.631
Terrenos	-	-	-	16.477
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	144.617
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	3.877.573
Veículos	-	-	-	9.170
Móveis e Utensílios	-	-	-	2.673
- Geração	-	-	-	3.128.756
Intangíveis	-	-	-	551
Terrenos	-	-	-	134.020
Reservatórios, Barragens e Aduoras	-	-	-	1.795.473
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	382.004
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	815.658
Veículos	-	-	-	522
Móveis e Utensílios	-	-	-	528
- Transmissão	-	-	-	691.828
Intangíveis	-	-	-	6.543
Terrenos	-	-	-	3.344
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	56.735
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	624.412
Veículos	-	-	-	512
Móveis e Utensílios	-	-	-	282
- Administração	5.654	(3.682)	1.972	95.203
Intangíveis	2.943	(1.572)	1.371	33.121
Terrenos	-	-	-	490
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	6.630
Máquinas e Equipamentos	2.097	(1.529)	568	52.205
Veículos	-	-	-	1.238
Móveis e Utensílios	614	(581)	33	1.519
Em Curso	5.476	-	5.476	1.358.337
- Distribuição	-	-	-	370.131
- Geração	-	-	-	896.056
- Comercialização	-	-	-	40.694
- Administração	5.476	-	5.476	51.456
Total do Imobilizado	11.130	(3.682)	7.448	9.338.265
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	-	(1.814.715)
Imobilizado Líquido			7.448	7.523.550

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$1.136.570, referente à construção da usina de Irapé (R\$801.959 em 2004).

As principais taxas anuais de depreciação são as seguintes:

	Percentuais	
	2005	2004
Geração		
Hidrelétricas	2,44	2,48
Termelétricas	1,58	2,29
Transmissão	2,98	3,38
Distribuição	4,67	4,92
Administração e outras	9,08	7,71
Telecomunicações	7,94	7,94
Gás	5,96	5,96

19) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	210.495	166.567	-	166.567
Furnas	38.854	31.419	-	31.419
CCEE/MAE	49.561	148.791	-	148.791
Repasse aos Geradores	97.877	118.245	-	118.245
Outros	96.093	45.522	-	45.447
	492.880	510.544	-	510.469
Materiais e Serviços	271.961	165.620	20.202	126.383
	764.841	676.164	20.202	636.852
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	264.123	245.873	-	245.873
CCEE/MAE	68.966	-	-	-
Outros	3.980	-	-	-
	337.069	245.873	-	245.873

Em função do acordo estabelecido entre a CEMIG, ANEEL e agentes do mercado, os valores devidos a CCEE/MAE deverão ser pagos no prazo de até 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 10.

20) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Imposto de Renda	38.749	100.379	3.665	84.865
Contribuição Social	6.593	39.580	-	34.013
ICMS	232.156	172.556	23.402	167.945
COFINS	42.723	49.478	8.745	48.056
PASEP	8.219	11.117	1.539	10.837
INSS	13.848	8.443	-	8.375
Outros	14.963	13.059	729	11.290
	357.251	394.612	38.080	365.381
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	182.561	66.167	-	66.167
Contribuição Social	65.722	23.820	-	23.820
COFINS	50.252	7.940	-	7.940
PASEP	10.911	4.367	-	4.367
	309.446	102.294	-	102.294
	666.697	496.906	38.080	467.675
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	478.025	320.933	48.679	311.428
Contribuição Social	168.770	112.114	17.524	112.114
COFINS	126.112	117.556	16.330	117.556
PASEP	26.160	22.226	2.893	22.226
	799.067	572.829	85.426	563.324

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

21) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

				Consolidado			
				31/12/2005		31/12/2004	
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank –N.V.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	8.851
ABN AMRO Bank – N. IV (3)	2013	6,00	US\$	78	117.035	117.113	-
ABN AMRO Real S.A. I, II e III (4)	2009	6,35	US\$	17.714	50.910	68.624	77.872
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	-	-	-	13.440
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$	19.063	138.564	157.627	210.990
Banco do Brasil S.A. V	2005	1,30	JPY	-	-	-	80.511
Banco do Brasil S.A. VI (5)	2009	3,90	JPY	67	76.929	76.996	100.684
Banco Itaú – S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	-	-	-	113.630
Banco Itaú – S.A. II	2005	Diversas	US\$	-	-	-	83.057
Banco Paribas I	2002/2012	5,89	EURO	3.562	16.962	20.524	-
Banco Paribas II	2008/2013	Libor + 1,875	US\$	947	67.956	68.903	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID	1984/2006	7,67	US\$+UC	5.059	-	5.059	18.390
Citibank N.A.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	6.898
KFW	2001/2016	4,50	EURO	1.826	18.264	20.090	28.648
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$	-	-	-	21.575
UNIBANCO I, II e IV (6)	2007/2009	6,50	US\$	375	167.690	168.065	190.593
UNIBANCO V (7)	2009	5,50	US\$	33	4.772	4.805	5.448
UNIBANCO III (8)	2009	5,00	US\$	87	20.089	20.176	22.879
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2017/2025	5,00 A 12,00	US\$	101	14.709	14.810	-
Banco do Nordeste do Brasil	2025	12,00	US\$	-	3.702	3.702	-
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	14.693	22.307	37.000	57.963
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$	3.480	8.054	11.534	16.266
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	1.996	1.409	3.405	61.927
Dívida em Moeda Estrangeira				69.081	729.352	798.433	1.119.622
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A. I e II (9)	2006	100,00 do CDI	R\$	66.220	-	66.220	66.236
Banco Credit Suisse First Boston S.A. III (10)	2010	106,00% do CDI	R\$	313	75.000	75.313	-
Banco do Brasil I e II	2009	111,00 do CDI	R\$	2.906	118.820	121.726	121.462
Banco do Brasil III	2013	CDI + 1,70	R\$	6.569	109.276	115.845	-
Banco do Brasil IV	2013	107,60% do CDI	R\$	15.385	126.001	141.386	-
Banco Itaú – BBA II	2008	IGP-M + 10,48	R\$	2.497	158.443	160.940	225.599
Banco Itaú – BBA III e VI	2008	CDI + 2,00	R\$	3.207	100.000	103.207	103.100
Banco Itaú – BBA VII	2013	CDI + 1,70	R\$	20.622	300.862	321.484	-
Banco Votorantim S.A. I	2010	113,50 do CDI	R\$	4.631	54.371	59.002	54.489
Banco Votorantim S.A. II,III, IV	2013	CDI + 1,70	R\$	8.432	101.316	109.748	-
Banco WESTL do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	2.290	39.611	41.901	-
BNDES	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$	121.567	170.813	292.380	390.125
Bradesco I, II e III,IV,V,VI,VII,VIII	2005	107,50 do CDI	R\$	-	-	-	218.256
Bradesco I, II , III,IV	2013	CDI + 1,70	R\$	29.388	377.253	406.641	-
Debêntures I	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$	500.596	-	500.596	988.998
Debêntures IV	2009	CDI + 1,20	R\$	10.471	349.556	360.027	-
Debêntures II – Governo do Estado de M. G.	2027/2030	IGP-M	R\$	-	102.743	102.743	79.001
Debêntures III	2014	IGP-M + 10,50	R\$	15.031	248.885	263.916	260.680
ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 8,00 e 8,50	R\$	17.613	93.480	111.093	125.509
ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 12,00	R\$	4.631	-	4.631	51.959
ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,50	R\$	30.499	106.053	136.552	161.512
Grandes Consumidores – C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$	3.884	3.669	7.553	8969
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.753	79.674	81.427	-
HSBC I e II	2005	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	32.512
UHESC S.A	2005	IGPM + 14,66	R\$	-	-	-	63.023
UNIBANCO I	2009	CDI + 2,98	R\$	3.858	104.095	107.953	107.800
UNIBANCO II,	2013	CDI + 1,70	R\$	14.994	303.010	318.004	-
UNIBANCO III (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	8.713	73.587	82.300	-
Outros	1994/2010	Diversas	R\$	19.780	24.732	44.512	59.631
Dívida em Moeda Nacional				915.850	3.221.250	4.137.100	3.118.861
Fundo Vinculado				-	-	-	(20.674)
Total Geral Consolidado				984.931	3.950.602	4.935.533	4.217.809

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.
- (2) Empréstimos da controladora

- (3) a (10) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,09% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.; (9) variação cambial ou 60,00% do CDI, o que for maior; e, (10) variação cambial ou 48,00% do CDI, o que for maior.

Para as debêntures da Companhia com possibilidade de vencimento antecipado em novembro de 2005, foi oferecido aos debenturistas, em outubro, a oportunidade de mudar a remuneração da 1ª série das debêntures, de IGPM + 12,70% a.a. para CDI + 1,20% a.a., estabelecendo o vencimento em novembro de 2009. Como resultado, 71,5% das debêntures em circulação (equivalente a R\$350,5 milhões) foram repactuadas nas novas condições. As demais debêntures (28,5% ou R\$139,5 milhões) foram resgatadas e serão mantidas em tesouraria até nova revenda.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Moedas				
Dólar Norte-Americano	674.000	856.759	-	782.530
Euro	40.614	60.969	-	60.969
Unidade de Conta (cesta de moedas)	5.059	18.389	-	18.389
Yen	76.996	181.195	-	181.195
Outras	1.764	2.310	-	2.310
	798.433	1.119.622	-	1.045.393
Indexadores				
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	1.434.755	1.675.859	-	1.675.859
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	111.093	125.509	-	125.509
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	136.552	161.512	-	161.512
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC	292.380	390.125	-	390.125
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	2.110.256	703.855	82.300	703.855
Outros	52.064	62.001	-	59.340
	4.137.100	3.118.861	82.300	3.116.200
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário	-	(20.674)	-	(20.674)
	-	(20.674)	-	(20.674)
	4.935.533	4.217.809	82.300	4.140.919

A distribuição anual da amortização das dívidas de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
2006	-	839.874	-	824.338
2007	420.219	461.916	-	446.859
2008	440.739	436.998	-	421.941
2009	775.498	436.159	-	428.631
2010	551.571	97.194	18.397	97.194
2011	407.019	42.807	18.397	42.807
2012	397.659	34.094	18.397	34.094
De 2013 em diante	957.897	451.476	18.396	451.476
	3.950.602	2.800.518	73.587	2.747.340

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2005 %	Variação acumulada em 2004 %	Indexadores	Variação acumulada em 2005 %	Variação acumulada em 2004 %
Dólar Norte-Americano	(11,82)	(8,74)	IGP-M	1,21	12,41
Euro	(23,50)	(0,85)	FINEL	0,24	2,38
Yen	(23,43)	(7,02)	CDI	18,15	17,46
Unidade de Conta	(17,44)	2,81	SELIC	18,24	17,50

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Saldo no início do exercício	4.217.809	3.991.040	4.140.919	3.887.416
Transferência para Controladas	-	-	(4.098.570)	-
Financiamentos obtidos	1.556.110	1.545.908	73.587	1.545.493
Variação monetária e cambial	(133.466)	93.072	1.205	92.149
Encargos financeiros provisionados	593.282	416.087	19.176	407.009
Encargos financeiros pagos	(500.328)	(383.435)	(19.418)	(374.011)
Amortização de financiamentos	(818.548)	(1.424.189)	(55.273)	(1.396.463)
	4.914.859	4.238.483	61.626	4.161.593
Resgate (Aplicação) em Fundos Vinculados	20.674	(20.674)	20.674	(20.674)
Saldo no final do exercício	4.935.533	4.217.809	82.300	4.140.919

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2005 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00% do CDI	75.000
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	126.001
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70% a.a.	109.276
Banco Itaú BBA	2013	CDI + 1,70% a.a.	300.865
Banco Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70% a.a.	79.673
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70% a.a.	101.315
Bradesco	2013	CDI + 1,70% a.a.	151.429
Debêntures Governo do Estado de Minas Gerais	2030	IGP-M	22.500
FINEP	2010	URTJ + 10% a.a.	69
União de Bancos Brasileiros S.A. – UNIBANCO	2013	CDI + 1,70% a.a.	376.596
			1.342.724
Moeda Estrangeira			
ABN AMRO Bank	2013	6,00% a.a.	117.745
BNP Paribás	2010	Libor +1,875% a.a.	74.356
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2017/2025	5,00 a 12,00% a.a.	14.709
Banco do Nordeste do Brasil	2025	12,00% a.a.	3.702
Outras	2005/2006	Diversas	2.874
			213.386
Total de Captações			1.556.110

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”). Algumas destas cláusulas restritivas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31.12.2005
Cemig Distribuição Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	64,73%
Cemig Geração e Transmissão EBITDA/Juros	Maior ou igual a 2,8	2,79
Infovias Serviço da Dívida/EBITDA	Maior ou igual a 1,3	1,10

A CEMIG obteve dos seus credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2006 para os financiamentos da Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão. Para o financiamento da Infovias, o prazo é até 30 de junho de 2006. Estes financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção dos referidos consentimentos.

22) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Reserva Global de Reversão – RGR	32.838	41.875	-	41.796
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	6.275	35.840	-	35.840
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	23.456	18.368	-	18.368
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207	-	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.072	1.599	-	1.594
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	143.287	-	-	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	635	-	-	-
	209.770	98.889	-	98.805

23) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição. As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$1.316.320, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado nas Patrocinadoras em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2005, 23 ativos e 251 aposentados/pensionistas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.524.482 em 31 de dezembro de 2005 (R\$1.554.943 em 31 de dezembro de 2004) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, o superávit obtido pela FORLUZ no exercício de 2005, no montante de R\$143 milhões, será utilizado para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida.

Tendo em vista esta possibilidade de redução da dívida negociada com a Forluz, o passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.357.365	323.382	186.010
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	631.159	103.526	108.556
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	4.988.524	426.908	294.566
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.572.249)	(30.210)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.416.275	396.698	294.566
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(463.133)	(132.859)	56.161
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(102.638)	(9.704)	(9.686)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	850.504	254.135	341.041

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	214.382	15.910	9.151
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	31.053	5.094	5.341
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	245.435	21.004	14.492
Valor Justo dos Ativos do Plano	(175.755)	(1.486)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	69.680	19.518	14.492
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(23.842)	(6.541)	632
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(5.050)	(477)	(475)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	40.788	12.500	14.649

Os ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos referentes ao Seguro de Vida e Plano de Saúde que excederam a 10,00% das obrigações atuariais nos montantes de R\$26.622 e (R\$90.169), respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos, a partir de 2006, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2004	1.016.306	228.514	308.461
Despesa Reconhecida no Resultado	63.849	48.379	41.243
Contribuições Pagas	(229.651)	(22.757)	(8.664)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	850.504	254.136	341.040
Passivo Circulante	125.259	26.646	9.098
Passivo Não Circulante	725.245	227.490	331.942

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2004	1.016.306	228.514	308.461
Valor transferido para Controladas em 1º de Janeiro de 2005	(966.304)	(217.272)	(293.284)
Despesa Reconhecida no Resultado	3.142	2.380	2.030
Contribuições Pagas	(12.356)	(1.122)	(2.558)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	40.788	12.500	14.649
Passivo Circulante	6.163	1.311	2.686
Passivo Não Circulante	34.625	11.189	11.963

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2005 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2005 são como segue:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	7.321	26.411	4.896
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	490.601	42.542	34.832
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(436.963)	(5.392)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	5.842	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	2.987	1.516	1.515
Contribuição dos Empregados	(97)	(22.540)	-
Despesa em 2005	63.849	48.379	41.243

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	360	1.299	241
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	24.138	2.093	1.714
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(21.497)	(265)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	287	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	146	75	75
Contribuição dos Empregados	(5)	(1.109)	-
Despesa em 2005	3.142	2.380	2.030

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2006 é como segue:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.154	25.887	4.701
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	544.321	45.164	32.848
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(506.165)	(3.675)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	8.108	(2.475)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	1.517	1.514
Contribuição dos Empregados	(121)	(21.538)	-
Despesa em 2006	58.059	55.463	36.588

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	303	1.274	172
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	26.781	2.222	1.620
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(24.970)	(181)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	399	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	682	75	74
Contribuição dos Empregados	(6)	(1.060)	-
Despesa em 2006	2.790	2.729	1.866

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%	

24) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	Consolidado			
	2005		2004	
	Valor da Provisão		Valor da Provisão	
	No exercício	Acumulada	No exercício	Acumulada
Trabalhistas				
Diversos	2.707	113.509	20.511	110.802
Cíveis				
Danos Pessoais	13.713	35.503	3.555	21.790
Majoração Tarifária	27.051	132.160	8.034	105.109
Outras	(758)	31.058	22.604	31.816
	<u>40.006</u>	<u>198.721</u>	<u>34.193</u>	<u>158.715</u>
Fiscais				
FINSOCIAL	525	21.009	448	20.484
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	(22.740)	37.626	30.533	60.366
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	(68.868)	-	17.350	68.868
Outras	(826)	2.524	(1.348)	3.350
	<u>(91.909)</u>	<u>61.159</u>	<u>46.983</u>	<u>153.068</u>
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	331	5.585	5.254	5.254
Total	<u>(48.865)</u>	<u>378.974</u>	<u>106.941</u>	<u>427.839</u>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes.

(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG deduziu quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social até 31 de dezembro de 2005.

O montante estimado do risco estava integralmente provisionado até 31 de dezembro de 2004. Entretanto, a Companhia revisou a sua expectativa de perda em 2005 e decidiu pelo estorno integral da provisão.

(c) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

A Companhia está discutindo em juízo uma outra ação envolvendo o Finsocial, no montante atualizado de R\$166.541. Foi efetuado um depósito em juízo e uma provisão para perdas ambas pelo valor histórico correspondente a R\$983. Caso a Companhia venha a incorrer em perdas nesta ação, esta será equivalente ao valor presente da ação deduzido o valor provisionado. Da mesma forma, a Cemig terá uma receita financeira equivalente a diferença entre o valor atualizado do depósito e o valor originalmente depositado, o que compensaria o aumento na provisão para perda.

(d) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$141.886 em 31 de dezembro de 2005 (R\$138.503 em 31 de dezembro de 2004). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$37.626 (R\$60.366 em 31 de dezembro de 2004) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2005 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(g) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$281.889, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$238.748. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2005 é R\$105.491. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$626.602, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(iv) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações, sendo a expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, pois considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

25) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2005					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	97.065	-	36.116.401.949	22
Outras Entidades do Estado	9.351.410	-	1.816.568.278	2	1.825.919.688	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	7.246.506.670	10	26.224.858.218	29	33.471.364.888	21
No Exterior	4.139.048.786	6	63.238.127.541	69	67.377.176.327	42
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2004					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	212.771.605	-	2.771.169.007	3	2.983.940.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	8.203.904.293	12	31.830.154.771	35	40.034.059.064	25
No Exterior	2.978.244.209	4	56.678.327.222	62	59.656.571.431	37
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2005	2004
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222

Reservas de Lucros-

Reserva Estatutária	422.929	-
Reserva de Retenção de Lucros	980.873	1.570.502
Reserva Legal	100.170	-
	1.503.972	1.570.502

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais a seguir.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas em 13 de dezembro de 2004 alterou o percentual do lucro a ser distribuído como dividendo obrigatório, de 25% para 50%.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2005 e 2004 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora	
	2005	2004
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	91.280	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	7.184.855	7.251.385
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	56,29%	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.044.355	4.081.805
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	121.331	122.454
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	121.331	122.454
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.001.699	692.401
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	635.000	510.000
Dividendos Complementares	461.949	258.900
	1.096.949	768.900
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	(61.274)	(45.926)
Total	1.035.675	722.974
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	617.473	432.814
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	479.476	336.086
Dividendos Líquidos por lote de mil ações – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	1,33	1,34
Dividendo Obrigatório	6,18	4,28
Dividendos Propostos	6,39	4,46

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R\$806.280, terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2006: R\$422.929 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R\$383.351 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos ou creditados aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2005 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido ajustado. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$635.000 (R\$510.000 em 2004) foram de R\$215.900 (R\$173.400 em 2004), reconhecidos no resultado do exercício.

Dividendos Extraordinários

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia, em 07 de dezembro de 2005, decidiu pelo pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$897.000, correspondentes a R\$5,53 por lote de mil ações, para todos os acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas em 16 de janeiro de 2006. O pagamento foi efetivado em 27 de janeiro de 2006.

Dividendos complementares de 2004

A Companhia efetuou o pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2004 no valor bruto de R\$692.401, por considerar que o montante mencionado atendia ao critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no seu Estatuto, correspondente a 50,00% do lucro líquido do exercício.

Entretanto, alguns acionistas minoritários questionaram o critério adotado pela Companhia, entendendo que os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deveriam ser considerados líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"). Ou seja, o valor de R\$692.400 deveria ser líquido do IRRF.

A CVM, em resposta à consulta da Companhia, confirmou o entendimento dos acionistas minoritários. Desta forma, a CEMIG irá proceder em 2006 o pagamento dos dividendos complementares referentes ao exercício de 2004, em data ainda a ser divulgada, no valor correspondente a R\$76.500, correspondente a R\$0,47 por lote de mil ações.

26) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	4.927.966	4.830.935	6.589.664	6.525.884	3.125.036	2.650.066
Industrial	69.207	68.265	23.471.857	23.071.283	2.920.251	3.561.787
Comércio, Serviços e Outros	537.656	530.158	3.754.005	3.537.087	1.542.184	1.259.318
Rural	417.026	388.445	1.940.701	1.846.415	483.493	395.903
Poder Público	47.731	46.373	570.536	527.081	224.308	178.826
Iluminação Pública	2.224	2.102	1.022.433	1.004.491	250.656	214.509
Serviço Público	7.400	7.305	981.016	966.425	236.980	199.019
Sub-Total	6.009.210	5.873.583	38.330.212	37.478.666	8.782.908	8.459.428
Consumo Próprio	769	1.324	28.897	54.674	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	116.359	66.410
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	19.513	39.727
	6.009.979	5.874.907	38.359.109	37.533.340	8.918.780	8.565.565
Suprimento a Outras Concessionárias	8	5	1.254.762	363.832	113.859	25.120
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	123.392	11.680
Total	6.009.987	5.874.912	39.613.871	37.897.172	9.156.031	8.602.365

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	-	4.830.935	-	6.525.884	-	2.650.066
Industrial	-	68.257	-	22.187.979	-	3.484.033
Comércio, Serviços e Outros	-	530.158	-	3.537.087	-	1.259.318
Rural	-	388.445	-	1.846.415	-	395.903
Poder Público	-	46.373	-	527.081	-	178.826
Iluminação Pública	-	2.102	-	1.004.491	-	214.509
Serviço Público	-	7.305	-	966.425	-	199.019
Sub-Total	-	5.873.575	-	36.595.362	-	8.381.674
Consumo Próprio	-	1.324	-	54.674	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	-	66.410
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	-	39.587
	-	5.874.899	-	36.650.036	-	8.487.671
Suprimento a Outras Concessionárias	-	5	-	363.832	-	24.647
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	-	11.673
Total	-	5.874.904	-	37.013.868	-	8.523.991

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia comparado a um aumento de 25,14% para os consumidores de alta tensão, com consumo superior a 230 KV.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

27) – RECEITA DE USO DA REDE

A partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão. Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica.

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
TUSD	1.200.551	-	-	-
Receita de uso da Rede Básica	313.173	243.174	-	243.174
Outros	9.062	1.243	-	1.243
	1.522.786	244.517	-	244.517

28) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Fornecimento de Gás	265.093	408.050	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	2.730	18.338	-	18.338
Serviço Taxado	11.167	8.626	-	8.626
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	92.190	62.036	-	-
Outras Prestações de Serviços	25.928	20.769	-	19.030
Aluguel e Arrendamento	30.861	23.403	2.558	23.403
Outras	4.817	1.312	-	1.315
	432.786	542.534	2.558	70.712

A redução na receita com fornecimento de gás decorre da alienação de 40% do capital das Gasmig em dezembro de 2004, a qual passou a ser consolidada proporcionalmente a partir de 2005, conforme Nota Explicativa nº. 4.

29) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
ICMS	2.203.388	1.783.473	-	1.703.731
COFINS	792.583	433.139	-	409.966
Reserva Global de Reversão – RGR	102.861	204.375	-	203.473
PIS-PASEP	187.290	47.631	19	42.305
Encargo de Capacidade Emergencial	175.618	280.455	-	275.690
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	15	11.305	-	11.076
Outras	5.237	3.083	-	473
	3.466.992	2.763.461	19	2.646.714

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

30) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Pessoal	840.925	805.718	50.137	791.849
Pessoal – Administradores e Conselheiros	5.553	3.279	4.178	3.226
Participações dos Empregados nos Resultados	259.805	110.101	11.921	109.373
Obrigações Pós-Emprego	153.471	106.909	7.552	106.909
Materiais	95.061	82.961	569	77.053
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	852	17.561	-	17.561
Serviços de Terceiros	422.600	333.508	14.196	326.104
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.454.930	1.372.752	-	1.372.676
Depreciação e Amortização	594.598	583.652	545	536.796
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	145.132	108.023	-	106.595
(Reversão) Provisões Operacionais	127.341	158.866	(10.786)	157.351
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	415.907	292.147	-	292.147
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	640.733	538.386	-	538.332
Gás Comprado para Revenda	155.948	259.795	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	296.034	237.863	-	237.863
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	309.425	104.271	31.259	104.271
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	210.965	20.419	-	19.981
Outras Despesas Líquidas	212.500	166.175	1.645	136.045
	6.341.780	5.302.386	111.216	4.934.132

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Remunerações e Encargos	790.596	797.854	37.207	784.511
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	67.979	37.266	3.094	37.266
Benefícios Assistenciais	83.269	79.809	2.625	77.674
	941.844	914.929	42.926	899.451
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(115.687)	(121.337)	(5.842)	(119.728)
	826.157	793.592	37.084	779.723
Programa de Desligamento Incentivado – PDI	14.768	12.126	13.053	12.126
	840.925	805.718	50.137	791.849

PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A CEMIG e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2005 e 2004 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R\$184.017 e R\$47.853 respectivamente.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2005 e 2004 da Controladora e suas Controladas mencionadas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$259.805 e R\$110.101 respectivamente. As parcelas adicionais, mencionadas no parágrafo anterior, foram pagas dentro do próprio exercício.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	84.254	76.349	-	76.348
Comunicação	49.380	45.850	1.140	44.362
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	78.527	54.732	-	48.539
Conservação e Limpeza de Prédios	27.187	21.370	55	21.054
Mão de Obra Contratada	13.302	15.025	13	12.018
Frete e Passagens	3.065	3.922	196	3.645
Hospedagem e Alimentação	15.445	14.927	305	14.488
Vigilância	13.785	13.484	13	13.348
Consultoria	17.690	9.239	6.245	7.571
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	17.918	18.050	83	18.032
Manutenção e Conservação de Veículos	4.428	4.597	-	4.595
Corte e Religação	16.362	8.736	-	8.736
Outros	81.257	47.227	6.146	53.368
	422.600	333.508	14.196	326.104

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Energia de Itaipu Binacional	825.030	1.116.606	-	1.116.606
Energia de curto prazo	22.710	41.233	-	41.233
Encargos do serviço de sistema	67.156	85.528	-	85.528
Contratos Iniciais	150.873	107.546	-	107.546
Energia de Leilão	371.337	-	-	-
Outros	17.824	21.839	-	21.763
	1.454.930	1.372.752	-	1.372.676

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Prêmio de Aposentadoria	7.944	6.406	(2.896)	6.406
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.859	62.959	(44.784)	61.863
Contingências Trabalhistas	2.707	20.511	(1.632)	20.511
Processos Administrativos da ANEEL	331	5.254	331	5.254
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	20.462	23.926	20.462	23.926
Cíveis – Majoração Tarifária	28.421	15.056	28.421	15.056
Bônus Pagos aos Consumidores durante o Racionamento	-	23.449	-	23.449
Outras	12.617	1.305	(10.688)	886
	127.341	158.866	(10.786)	157.351

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ("P & D")

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$185.430 mil.

Deve ser ressaltado que caso não tivesse ocorrido a desverticalização da CEMIG, essa despesa teria sido contabilizada diretamente contra o Patrimônio Líquido, como ajuste de exercícios anteriores, em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Arrendamentos e Aluguéis	42.459	33.668	166	23.178
Propaganda e Publicidade	30.006	19.808	1.050	17.007
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.591	20.244	-	17.410
Subvenções e Doações	23.651	18.642	643	18.401
Taxa de Fiscalização da ANEEL	23.559	18.554	-	18.307
Concessão Onerosa	8.372	8.426	-	8.330
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	22.895	5.247	52	4.233
Seguros	4.531	4.931	148	4.703
Contribuição ao MAE	2.651	2.350	841	2.350
Indenizações Trabalhistas	-	1.903	-	1.903
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	42.785	32.402	(1.255)	20.223
	212.500	166.175	1.645	136.045

31) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	196.991	136.538	56.018	123.966
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	81.443	63.422	-	63.413
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	276.734	580.192	276.734	580.192
Reversão (Provisão) para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	223.016	(325.637)	223.016	(325.637)
Variação Monetária da CVA	125.142	127.758	-	127.758
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	431.916	326.976	31.259	326.976
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	230.530	79.157	-	79.157
Variações Cambiais	164.289	110.384	8	98.047
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(92.555)	(57.029)	(50.030)	(56.827)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	6.211	1.407	-	1.407
Outras	62.459	33.094	29.264	29.974
	1.706.176	1.076.262	566.269	1.048.426
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(565.328)	(374.426)	(19.176)	(365.348)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(115.519)	(51.883)	(87)	(51.883)
Variação Monetária da CVA	(42.420)	(28.401)	-	(28.401)
Variações Cambiais	(18.240)	(24.407)	-	(16.525)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(16.369)	(124.179)	(1.205)	(124.179)
C.P.M.F.	(65.519)	(49.156)	(8.251)	(46.988)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(167.715)	(160.311)	-	(160.311)
Outras	(83.258)	(34.509)	(5.069)	(32.156)
	(1.074.368)	(847.272)	(33.788)	(825.791)
Juros Sobre Capital Próprio	(635.000)	(510.000)	(635.000)	(510.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(3.192)	(281.010)	(102.519)	(287.365)

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2005, nos montantes de R\$27.974 e R\$3.653, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado (R\$41.661 de encargos financeiros e R\$33.611 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2004).

32) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ganho na Alienação de Participação na GASMIG	-	101.848	-	101.848
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(29.219)	(16.044)	(6.440)	(16.002)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(12.930)	(1.865)	(715)	(1.865)
Outras Despesas Líquidas	(10.266)	(9.594)	(9.835)	(9.824)
	(52.415)	74.345	(16.990)	74.157

33) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A CEMIG, não cobrava, dos seus consumidores livres, o ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") e encargos de conexão, por considerar que não havia fato gerador, além da ausência de previsão legal para a inclusão desses valores na base de cálculo do ICMS.

Entretanto, em 2005, ocorreu a manifestação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais ("SEF/MG") exigindo o recolhimento do ICMS sobre a TUSD, de forma retroativa a 2000, sob pena de lavrar auto de infração contra a Companhia.

A CEMIG, de forma preventiva, fez o levantamento dos valores de ICMS incidentes sobre a TUSD e encargos de conexão no período de julho de 2000 a maio de 2005, apurando um valor de principal de R\$174.905 que acrescidos de multa e juros de R\$45.999, representou o montante de R\$220.904.

Tendo em vista que a eventual emissão do auto de infração pela SEF/MG implicaria em um aumento substancial do valor da multa, a Companhia decidiu adotar os seguintes procedimentos:

- Proceder o recolhimento dos valores de ICMS exigidos pela SEF/MG, no montante de R\$220.904;
- Destacar o ICMS nas notas fiscais de TUSD a partir de junho de 2005; e,
- Emitir fatura contra os seus consumidores livres para recolhimento do ICMS sobre a TUSD, não incluindo juros e multas, retroativo a julho de 2000, sendo estabelecidas condições para a quitação parcelada do débito.

Adicionalmente, a Cemig Distribuição ingressou com medida judicial para questionar a incidência do ICMS sobre a TUSD e encargos de conexão, requerendo a restituição dos valores pagos ao Estado de Minas Gerais a título de multa e juros e também os valores que os clientes não procederem o pagamento.

Os valores ainda não pagos pelos consumidores referentes ao ICMS pago estão registrados na conta de Transporte de Energia a Receber.

34) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	8.187	-	65	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	43	-	1	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	1.311	18.212	-	-	50.806	39.918	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	8.030	29.475	232.156	172.556	(2.203.388)	(1.783.473)	-	-
Contas de Resultado a Compensar - CRC	1.518.672	1.096.706	-	-	499.750	580.192	-	(325.637)
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	219.362	142.368	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	44.239	51.932	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	461.346	175.662	-	-	-	-
Debêntures	-	-	102.743	79.001	-	-	(1.243)	(6.234)
Financiamentos - BDMG	-	-	14.810	-	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	161.003	199.738	-	-	(153.471)	(106.909)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.284.677	1.353.543	-	-	-	-
Outros	702	-	(142)	16.514	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(67.979)	(37.266)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(12.930)	(1.865)

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 12, 15, 20, 21, 23, 29, 31, 32 e 33.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$44.239 em 31 de dezembro de 2005 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

35) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2005, operações contratadas de hedge, no montante de R\$240.711, equivalente a US\$102.873, e R\$76.929 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 36).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	674.000	856.759	-	782.530
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(240.711)	(234.346)	-	(234.346)
	433.289	622.413	-	548.184
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	76.996	181.195	-	181.195
(-) Operações contratadas de hedge	(76.929)	(179.875)	-	(179.875)
	67	1.320	-	1.320
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	40.614	60.969	-	60.969
Outros	6.823	20.699	-	20.699
	47.437	81.668	-	81.668
Passivo Líquido Exposto	480.793	705.401	-	631.172

b) Risco de taxas de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$139.467 e R\$48.534 respectivamente, em 31 de dezembro de 2005 (R\$247.486 e R\$74.229 em 31 de dezembro de 2004).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a Companhia considera que este risco foi eliminado em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ativos				
Aplicações financeiras	1.279.993	848.062	297.058	785.303
Ativos regulatórios	2.180.775	2.574.451	-	2.574.451
	3.460.768	3.422.513	297.058	3.359.754
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.402.636)	(1.093.980)	(82.300)	(1.093.980)
Passivos regulatórios	(720.230)	(544.256)	-	(544.256)
Operações contratadas de hedge	(317.640)	(414.221)	-	(414.221)
	(3.440.506)	(2.052.457)	(82.300)	(2.052.457)
Ativo superior às obrigações	20.262	1.370.056	214.758	1.307.297

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da CEMIG para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Algumas dessas cláusulas restritivas não foram atendidas. A Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores (vide Nota Explicativa nº 21) de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado do saldo devedor.

36) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

a) Valor de Mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	2005	
	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos		
Aplicações financeiras	1.279.993	1.279.993
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.518.672	1.518.672
	2.798.665	2.798.665
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.935.533	4.768.356
Operações contratadas de hedge	142.888	150.401
	5.078.421	4.918.757

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$102.837 (R\$240.711) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$32.866).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas em 2005 e 2004 nos montantes de R\$161.504 e R\$158.904, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2005:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2005	
				Ganho (Perda) não realizado	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(40.105)	(40.656)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 12/2005 até 06/2013	US\$155.063	(102.053)	(109.015)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.981)	(287)	(287)
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 10/2006	(US\$29.245)	(443)	(443)
				(142.888)	(150.401)

37) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2005 a 28/04/2006	15.986	251
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2005 a 10/07/2006	551.767	127
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2005 a 05/05/2006	1.188.153	2.349

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

38) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	984.931	420.219	440.739	775.498	551.571	1.762.575	4.935.533
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.082.544	1.082.544	1.082.544	1.082.544	1.082.544	2.616.148	8.028.868
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	74.244	74.244	74.244	74.244	74.244	179.423	550.643
AHE Queimado	8.300	-	-	-	-	-	8.300
AHE Aimorés	19.595	-	-	-	-	-	19.595
AHE Irapé	9.238	25.765	249	-	-	-	35.252
Programa Luz para Todos	845.901	396.877	-	-	-	-	1.242.778
PCH Pai Joaquim	7.400	-	-	-	-	-	7.400
AHE Capim Branco I	7.100	300	-	-	-	-	7.400
AHE Capim Branco II	16.000	2.000	-	-	-	-	18.000
Aporte na INFOVIAS	10.800	26.200	-	-	-	-	37.000
Aporte na GASMIG	25.000	53.000	-	-	-	-	78.000
Dívida com Plano de Pensão Forluz	125.259	125.482	95.466	101.194	103.772	973.309	1.524.482
Compra de Energia - Leilão	776.110	776.111	900.352	967.777	1.148.386	8.083.311	12.652.047
Total	3.992.422	2.982.742	2.593.594	3.001.257	2.960.517	13.614.766	29.145.298

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Francisco Sales Dias Horta
Diretor Vice-Presidente

Flávio Decat de Moura
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Heleni de Mello Fonseca
Diretora de Gestão Empresarial

Elmar de Oliveira Santana
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Celso Ferreira
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801	2.003.399	1.384.801
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	594.598	583.652	545	536.796
Baixas Líquidas de Imobilizado	52.209	80.501	845	80.501
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.550.213)	(48.115)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(979.068)	(881.404)	(307.993)	(885.720)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	309.425	104.271	31.259	104.271
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	5.273	193.145	(100.343)	192.253
Obrigações Pós-Emprego	153.471	106.909	7.552	106.909
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	(223.016)	325.637	(223.016)	325.637
Ativos Regulatórios – PIS-PASEP/COFINS	(76.244)	(361.082)	-	(361.082)
Impostos Federais Diferidos	230.700	261.854	(144.085)	-
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	(358.602)	-	(358.602)
Outros	(2.397)	(33.831)	-	(31.775)
	<u>1.477.340</u>	<u>1.405.851</u>	<u>(282.050)</u>	<u>1.045.874</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(187.552)	(215.231)	44.784	(191.446)
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	236.373	49.326	-	49.326
Recomposição Tarifária Extraordinária	260.577	309.582	-	309.582
Tributos Compensáveis	(310.626)	(32.325)	(143.813)	(16.257)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	143.482	62.392	160.021	62.426
Outros Ativos Circulantes	(78.904)	(38.192)	21.492	(16.837)
Despesas Antecipadas – CVA	56.406	160.755	-	160.755
Créditos com Controladas	-	-	641.019	-
Transporte de energia	(275.281)	-	-	-
Receíveis do Governo Federal – baixa renda	-	31.520	-	31.520
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	77.784	48.912	77.784	48.912
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(2.805)	(6.704)	-	2.129
	<u>(80.546)</u>	<u>370.035</u>	<u>801.287</u>	<u>440.110</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	91.032	(65.361)	11.274	(81.509)
Tributos e Contribuição Social	(245.693)	(5.533)	(289.701)	238.608
Salários e Contribuições Sociais	600	(25.251)	(43.327)	(25.541)
Encargos Regulatórios	153.025	(34.829)	(17.570)	(34.519)
Empréstimos e Financiamentos	78.145	115.332	963	119.071
Obrigações Pós-Emprego	(261.072)	(234.881)	(16.037)	(234.881)
Despesa Antecipada - CVA	210.678	-	-	-
Outros	232.694	168.569	(129.654)	154.729
	<u>259.709</u>	<u>(81.954)</u>	<u>(484.052)</u>	<u>135.958</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.656.503	1.693.932	35.185	1.621.942
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.556.110	1.229.544	73.587	1.229.544
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(818.548)	(1.424.189)	(55.273)	(1.396.463)
Empréstimos do Circulante	-	316.364	-	315.949
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	100.446	31.939
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(590.622)	(308.573)	(590.622)	(307.147)
	<u>146.940</u>	<u>(186.854)</u>	<u>(471.862)</u>	<u>(126.178)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.803.443	1.507.078	(436.677)	1.495.764
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(68.825)	(140.517)	(91.377)	(291.133)
No Imobilizado	(1.360.283)	(1.043.457)	(222)	(875.123)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	75.873	132.888	-	132.888
No Diferido	(2.296)	(250)	-	-
	<u>(1.355.531)</u>	<u>(1.051.336)</u>	<u>(91.599)</u>	<u>(1.033.368)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	447.912	455.742	(528.276)	462.396
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	896.223	440.481	828.786	366.390
No fim do exercício	<u>1.344.135</u>	<u>896.223</u>	<u>300.510</u>	<u>828.786</u>
	<u>447.912</u>	<u>455.742</u>	<u>(528.276)</u>	<u>462.396</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Em milhares de reais)

	Consolidado			Controladora				
	2005	2004		2005	2004			
RECEITAS								
Receita Operacional	11.702.613	9.748.018		2.558	9.197.822			
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.859)	(62.959)		44.784	(61.863)			
Resultado Não Operacional	(52.415)	74.345		(16.990)	74.157			
	<u>11.595.339</u>	<u>9.759.404</u>		<u>30.352</u>	<u>9.210.116</u>			
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.454.930)	(1.372.752)		-	(1.372.676)			
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(640.733)	(538.386)		-	(538.332)			
Serviços de Terceiros	(422.600)	(333.508)		(14.196)	(326.104)			
Gás Comprado para Revenda	(155.948)	(259.795)		-	-			
Materiais	(95.061)	(82.961)		(569)	(77.053)			
Outros Custos Operacionais	(740.870)	(367.168)		(66.685)	(347.685)			
	<u>(3.510.142)</u>	<u>(2.954.570)</u>		<u>(81.450)</u>	<u>(2.661.850)</u>			
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.085.197	6.804.834		(51.098)	6.548.266			
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(594.598)	(583.652)		(545)	(536.796)			
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>7.490.599</u>	<u>6.221.182</u>		<u>(51.643)</u>	<u>6.011.470</u>			
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-		1.550.213	48.115			
Receitas Financeiras	1.798.731	1.133.291		616.299	1.105.253			
	<u>1.798.731</u>	<u>1.133.291</u>		<u>2.166.512</u>	<u>1.153.368</u>			
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>9.289.330</u>	<u>7.354.473</u>		<u>2.114.869</u>	<u>7.164.838</u>			
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			%	%				
Pessoal e Encargos	1.087.069	12	919.277	12	66.018	3	906.919	13
Impostos, Taxas e Contribuições	5.148.250	55	4.220.469	57	19.750	1	4.071.137	57
Despesas Financeiras e Aluguéis	1.051.308	11	831.784	11	25.702	1	801.981	12
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.096.949	12	692.400	10	1.096.949	52	692.400	9
Participação de Minoritários	(696)	-	(1.858)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	906.450	10	692.401	10	906.450	43	692.401	9
	<u>9.289.330</u>	<u>100</u>	<u>7.354.473</u>	<u>100</u>	<u>2.114.869</u>	<u>100</u>	<u>7.164.838</u>	<u>100</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminação de transações entre companhias	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	2.217.858	-	7.430.028	-	(491.855)	9.156.031
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	-	591.010	-	-	591.010
Receita de Uso da Rede	-	-	396.611	1.200.587	-	(74.412)	1.522.786
Outras Receitas Operacionais	2.558	11.408	-	53.341	365.479	-	432.786
	2.558	2.229.266	396.611	9.274.966	365.479	(566.267)	11.702.613
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(19)	(512.555)	(46.643)	(2.878.119)	(72.633)	42.977	(3.466.992)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.539	1.716.711	349.968	6.396.847	292.846	(523.290)	8.235.621
CUSTOS OPERACIONAIS							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.733)	-	(1.890.075)	-	448.878	(1.454.930)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(160.782)	-	(554.363)	-	74.412	(640.733)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(155.948)	-	(155.948)
	-	(174.515)	-	(2.444.438)	(155.948)	523.290	(2.251.611)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(135.537)	(89.944)	(762.639)	-	-	(988.120)
Entidade de Previdência Privada	-	(19.809)	(13.317)	(108.358)	-	-	(141.484)
Materiais	-	(10.341)	(6.571)	(71.812)	-	-	(88.724)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(852)	-	-	-	-	(852)
Serviços de Terceiros	-	(53.355)	(21.070)	(280.628)	-	-	(355.053)
Depreciação e Amortização	-	(153.008)	(37.597)	(361.301)	-	-	(551.906)
Provisões Operacionais	-	(3.958)	(33)	(66.617)	-	-	(70.608)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(112.342)	-	(32.790)	-	-	(145.132)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(28.781)	(387.126)	-	-	(415.907)
Pesquisa e Eficiência Energética	-	(36.243)	(1.541)	(172.804)	-	-	(210.588)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(97)	(17.009)	(279.025)	-	-	(296.131)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(194.265)	(1.616)	(82.285)	-	-	(278.166)
Outras	-	(37.761)	(5.902)	(81.527)	-	-	(125.190)
	-	(757.568)	(223.381)	(2.686.912)	-	-	(3.667.861)
CUSTO TOTAL	-	(932.083)	(223.381)	(5.131.350)	(155.948)	523.290	(5.919.472)
LUCRO BRUTO	2.539	784.628	126.587	1.265.497	136.898	-	2.316.149
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	-	-	(119.930)	-	-	(119.930)
Despesas Gerais e Administrativas	(111.216)	(18.266)	(10.275)	(68.460)	-	-	(208.217)
Outras Despesas Operacionais	-	(2.787)	(772)	12.819	(103.421)	-	(94.161)
	(111.216)	(21.053)	(11.047)	(175.571)	(103.421)	-	(422.308)
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	(108.677)	763.575	115.540	1.089.926	33.477	-	1.893.841
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(102.519)	(445.211)	(70.358)	108.164	(2.871)	509.603	(3.192)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(211.196)	318.364	45.182	1.198.090	30.606	509.603	1.890.649
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(16.990)	(4.306)	(1.017)	(30.716)	614	-	(52.415)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(228.186)	314.058	44.165	1.167.374	31.220	509.603	1.838.234
Imposto de Renda e Contribuição Social	46.372	(91.243)	(17.069)	(397.789)	(10.802)	-	(470.531)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(181.814)	222.815	27.096	769.585	20.418	509.603	1.367.703
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	635.000	243.516	38.920	220.544	6.623	(509.603)	635.000
Participações Minoritárias	-	-	-	-	696	-	696
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	453.186	466.331	66.016	990.129	27.737	-	2.003.399

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminação de transações entre companhias	Total
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.612.875	-	6.954.467	35.123	(100)	8.602.365
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	358.602	-	-	358.602
Receita de Uso da Rede	(2.760)	324.552	(77.275)	-	-	244.517
Outras Receitas Operacionais	19.190	1.308	38.457	492.528	(8.949)	542.534
	1.629.305	325.860	7.274.251	527.651	(9.049)	9.748.018
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(126.778)	(19.539)	(2.520.350)	(96.794)	-	(2.763.461)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.502.527	306.321	4.753.901	430.857	(9.049)	6.984.557
CUSTOS OPERACIONAIS						
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(176)	-	(1.372.676)	-	100	(1.372.752)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(20.301)	-	(513.750)	(4.335)	-	(538.386)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(259.795)	-	(259.795)
	(20.477)	-	(1.886.426)	(264.130)	100	(2.170.933)
CUSTO DE OPERAÇÃO						
Pessoal e Administradores	(98.675)	(66.175)	(533.458)	(424)	-	(698.732)
Entidade de Previdência Privada	(11.662)	(7.886)	(63.571)	(50)	-	(83.169)
Materiais	(11.482)	(5.618)	(49.156)	-	-	(66.256)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(17.561)	-	-	-	-	(17.561)
Serviços de Terceiros	(37.236)	(15.380)	(184.703)	(10.370)	8.949	(238.740)
Depreciação e Amortização	(143.139)	(35.087)	(340.966)	(5.121)	-	(524.313)
Provisões Operacionais	(11.032)	(6.379)	(62.768)	(253)	-	(80.432)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(105.771)	-	-	(2.252)	-	(108.023)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	(2.193)	(289.954)	-	-	(292.147)
Pesquisa e Eficiência Energética	(4.366)	(712)	(15.341)	-	-	(20.419)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(237.863)	-	-	(237.863)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(104.271)	-	-	(104.271)
Outras	(19.504)	(4.892)	(38.431)	(1.206)	-	(64.033)
	(460.428)	(144.322)	(1.920.482)	(19.676)	8.949	(2.535.959)
CUSTO TOTAL	(480.905)	(144.322)	(3.806.908)	(283.806)	9.049	(4.706.892)
LUCRO BRUTO	1.021.622	161.999	946.993	147.051	-	2.277.665
DESPESA OPERACIONAL						
Despesas com Vendas	-	-	(311.073)	-	-	(311.073)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.086)	(13.293)	(133.590)	-	-	(169.969)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(114.452)	-	(114.452)
	(23.086)	(13.293)	(444.663)	(114.452)	-	(595.494)
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	998.536	148.706	502.330	32.599	-	1.682.171
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(108.966)	(43.455)	(9.768)	(131.529)	12.708	(281.010)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	889.570	105.251	492.562	(98.930)	12.708	1.401.161
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.179)	(1.706)	(22.366)	100.596	-	74.345
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	887.391	103.545	470.196	1.666	12.708	1.475.506
Imposto de Renda e Contribuição Social	(362.896)	(41.153)	(173.448)	(25.066)	-	(602.563)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	524.495	62.392	296.748	(23.400)	12.708	872.943
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	81.512	39.780	401.416	-	(12.708)	510.000
Participações Minoritárias	-	-	-	1.858	-	1.858
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	606.007	102.172	698.164	(21.542)	-	1.384.801

NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

Na comparação entre os resultados segregados por atividade em 31 de dezembro de 2005 e 2004 deve ser ressaltado que os resultados de 2005 já refletem as operações da CEMIG e suas controladas de forma independente, considerando a desverticalização da Companhia em 31 de dezembro de 2004.

No ano de 2004, a CEMIG tinha as suas operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica desenvolvidas substancialmente de forma integrada. A Demonstração do resultado segregado por atividade referente ao ano de 2004 foi elaborada utilizando determinados critérios de rateio que estão descritos abaixo.

Critérios de segregação das receitas e custos operacionais para o exercício de 2004 da Controladora

Foram adotados os seguintes critérios para a receita:

- ❑ **Geração** - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotadas as seguintes tarifas: Tarifa de R\$51,02/MWh até 07 de abril de 2004 e R\$53,56/MWh a partir de então.
- ❑ **Transmissão** – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- ❑ **Distribuição e Comercialização** – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração e Transmissão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição e Comercialização.

Para segregação das despesas, foram adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Distribuição/Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional foram adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos individuais (controladora) e consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais (controladora) e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. As informações suplementares contidas nos Anexos III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, estão apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.

6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 9, 10, 11 e 19, às demonstrações financeiras, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos às operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente MAE). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2005, os quais podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
7. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica a ANEEL fixou, em 7 de abril de 2004, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica retroativamente a 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$ 591.010 mil e um aumento no lucro líquido do exercício findo de 31 de dezembro de 2005 de R\$ 335.398 mil, líquidos dos efeitos fiscais.

Belo Horizonte, 8 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG